



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 028

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*PMDB ..... Antonio Anibelli*  
*PT ..... Ângelo Vanhoni*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PPS ..... Waldir Leite*  
*Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB ..... Jocelito Canto*  
*Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti*

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## DIÁRIO Nº 028

### 24ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### SUMÁRIO

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Proposta de Emenda Constituição	03
Requerimentos .....	04
Projetos de Lei .....	07
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Elio Rusch .....	08
Dep. Barbosa Neto .....	09
Dep. Elton Carlos Welter .....	10
Dep. José Domingos Scarpellini ....	11
Dep. André Vargas .....	12
<b>Grande Expediente:</b>	
Dep. Neivo Beraldin .....	12
Dep. José Maria Ferreira.....	14
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PTB	
Dep. Jocelito Canto .....	18
Liderança do PPS	
Dep. Marcos Isfer.....	20
Liderança do PFL	
Dep. Plauto Miró Guimarães ....	20
Liderança do PT	
Dep. André Vargas .....	21
Liderança do PSDB	
Dep. Valdir Rossoni .....	22
Liderança da Oposição	
Dep. Valdir Rossoni .....	24
Liderança do Governo	
Dep. Antonio Anibelli.....	25
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	26
Discussão / Votação:	
Redação Final .....	27
2ª Discussão .....	28
1ª Discussão .....	29
Requerimentos .....	31
<b>Encerramento da Sessão.....</b>	<b>32</b>

**Transcrições.....32**

#### Publicações:

Comissão Executiva	
Atos.....	32
Diretoria Geral	
Portarias .....	32
Atas de Comissões	
Redação .....	34

#### Publicações Administrativas

Despacho do Diretor Geral.....	35
--------------------------------	----

### 24ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2006

(segunda-feira)

#### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielese, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro e Padre Paulo Campos (05); e em licença médica a Deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Alertamos aos Srs. Parlamentares que, após a Sessão Ordinária de hoje, teremos uma Sessão Especial para o Conselheiro Rafael Iatauro, que será homenageado, recebendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Proposta de Emenda à Constituição***

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O inciso XIV, do artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigor com a seguinte redação:

“XIV - aprovar, por maioria absoluta, a exoneração de ofício do Procurador-Geral de Justiça, antes do término de seu mandato, na forma da lei complementar respectiva.”

Art. 2º - O inciso XIX do artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigor com a seguinte redação:

“XIX - aprovar, previamente, após arguição pública, a escolha.”

Art. 3º - O parágrafo 2º do artigo 59 da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigor com a seguinte redação:

“§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda de mandato será decidida pela Assembléia Legislativa, pela maioria absoluta de seus membros, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembléia, assegurada ampla defesa.”

Art. 4º - O parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigor com a seguinte redação:

“§ 4º O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados.”

Art. 5º - O artigo 56 da Constituição do Estado do Paraná, passa a contar com o seguinte parágrafo único:

“Art. 56. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembléia Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único. Não será permitido o voto secreto nas deliberações do processo legislativo.”

Art. 6º - Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação:

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Edson Strapasson, Tadeu Veneri, Cida Borghetti, José Maria Ferreira, Ademar Traiano, Hermas Brandão, Mauro Moraes, Luiz Fernandes da Silva Litro, Barbosa Neto, Hermes Fonseca, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins, Dobrandino da Silva, Carlos Simões, Miltinho Pupio, Reni Pereira, Augustinho Zucchi e André Vargas.

JUSTIFICATIVA:

É errada a interpretação de que o voto secreto garante o livre exercício deliberativo do votante. A realidade, já evidenciada e expressa nas últimas décadas, prova que o voto secreto é um instrumento de uso de quem detém o poder, para garantir o sigilo na votação, possibilitando a corrupção e compra dos contrários às suas proposições. Os acontecimentos recentes, no Congresso Nacional, demonstraram integralmente para que serve o voto secreto.

A sociedade brasileira assiste indignada a diversos processos legislativos de inquéritos CPI's, que trabalham em suas investigações, com relatórios deliberados por votação aberta. Mas o Plenário, soberano, através do subterfúgio do voto secreto, inocenta corruptos e corruptores.

Esta Assembléia Legislativa não pode mais permanecer na obscuridade do voto secreto. Proposta de Emenda à Constituição 349/02, que acaba com o voto secreto está em tramitação no Congresso. A matéria já foi aprovada em comissão especial e está pronta para ser levada à votação em plenário.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo já enterrou, de uma vez por todas, o voto secreto. No dia 20 de junho de 2001, foi votada por unanimidade, em segundo turno, a PEC - Proposta de Emenda Constitucional - que extingue o sigilo nas votações daquela Assembléia Legislativa.

Hoje, estamos avançando no processo democrático. A iniciativa desta Assembléia Legislativa deve se irradiar para o Congresso e todas as Casas de Leis do Brasil, para que o artifício do voto secreto seja página virada na história política brasileira.

Neste sentido, conclamo a todos os nobres Pares desta Assembléia Legislativa, a procederem ao devido

apoio à proposta de emenda constitucional que ora apresentamos, por se tratar de matéria, que antes de tudo, atende ao interesse do povo, dando vazão ao princípio da transparência dos atos públicos, desde o nascedouro da norma, pois chegou a hora de este Parlamento tomar posição, dizendo SIM, claramente, às proposições que devem ser aprovadas e NÃO às que devem ser rejeitadas, sem necessitar do subterfúgio do voto secreto, no processo legislativo.

## **Requerimentos**

### **REQUERIMENTO Nº 743**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

### **REQUERIMENTO Nº 763-A**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 048/06, item 12, por 01 sessão.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) ELIO RUSCH

### **REQUERIMENTO Nº 737**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Campigotto, ocorrido no último dia 30 de março p.p., na cidade de Laranjeiras do Sul/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Antônio Bernardini, enviando correspondência à Rua Sete de Setembro, 2500, CEP 85.301-970 - Laranjeiras do Sul/PR.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A vida nos reserva uma certeza: da mesma forma que um dia chegamos a este mundo, um outro dia qualquer, sem aviso prévio, daqui vamos embora. Porém, por mais que este fato seja do conhecimento de todos, esta é uma notícia que ninguém gosta de dar e, muito menos, de receber.

A perda de um ente querido nos deixa tristes. Uma lacuna é aberta e só o tempo é capaz de cicatrizar as feridas em nosso coração. Porém, em toda a partida ficam as lembranças, principalmente as boas.

No caso do Sr. José, carinhosamente chamado pelos amigos de Pigotto, fica o exemplo de uma vida

dedicada às causas sociais. Um homem que nunca deixou de medir esforços para ver o Rotary de Laranjeiras do Sul entre os melhores do Paraná.

“Seo” Pigotto fez história em vida. Uma história honrada, de trabalho e dedicação. Na prática, um exemplo de vida a ser seguido pelas atuais e futuras gerações.

A partida, marca de forma dolorida nosso coração, mas, este mesmo coração, com base na fé cristã, dá-nos a certeza de que o “Seo” Pigotto está na morada eterna ao lado do Pai Criador.

E que o mesmo amor pelo qual Deus acolheu o “Seo” Pigotto, console a todos, na certeza de que houve apenas uma separação temporária. Um dia, o reencontro vai acontecer.

As nossas sinceras condolências.

### **REQUERIMENTO Nº 761**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Aparecida Furusho, com sessenta anos de idade, nesta Capital.

A falecida deixa viúvo o Sr. Olívio Furusho e dois filhos: Kleber e Kelly Furusho.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

### **REQUERIMENTO Nº 762**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de pesar, pelo falecimento do menor Rodrigo Yuhichi Onishi, com dois anos e meio de idade, nesta Capital.

O falecido era filho do casal Kenji Onishi e Ana Paulo Onishi, a quem expressamos as sinceras condolências.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

### **REQUERIMENTO Nº 726**

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de votos de congratulações ao Sr. Areovaldo Alves de Figueiredo, Diretor-Adjunto da Central dos Correios do Paraná.

Tal congratulação é merecida, pois coordena o projeto social de sua autoria e de responsabilidade social da ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, inti-

tulado de “Sucata de Malotes é Transformada em Artesanato”.

O material é entregue gratuitamente para a Coopermadi - Cooperativa de Artesãos e Pequenos Agricultores Rurais de Mandirituba, que transforma em artesanato como bolsas universitárias, com conseqüente renda familiar.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua João Negrão, nº 1.251, 4º andar, Curitiba - Paraná - Brasil, CEP 80.002-900.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 763

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de congratulações ao Sr. Anísio Tomena, que foi eleito para dirigir os setores de açúcar e álcool do Estado do Paraná.

Entre os órgãos que comandam o setor no Estado estão: Alcopar - Associação de Produtores de Alcool e Açúcar do Estado do Paraná; Sialpar - Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Estado do Paraná e o Siapar - Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Paraná.

A posse será realizada no dia 26 de maio, na casa de eventos Moinho Vermelho em Maringá.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 746

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, usando de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de votos de congratulações às autoridades e população do município de São José das Palmeiras, pela comemoração do 21º aniversário de emancipação política, no dia 17 de abril de 2006.

Requer outrossim, que seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Exmo. Sr. José Neri das Chagas, com endereço à Rua Mal. Castelo Branco, 979 e à Presidente da Câmara Municipal, Exma. Sra. Juraci Klein, com endereço à Rua Mal. Castelo Branco, 995 - São José das Palmeiras - PR, CEP. 85.898-000.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

São José das Palmeiras, município criado em 17 de abril de 1985, pela Lei nº 8.075, completa 21 anos.

Graças à fertilidade da terra - característica do Oeste do Estado - ao dinamismo de seus pioneiros ideali-

zadores e desbravadores, o pequeno aglomerado humano progrediu, implantando um novo e marcante município.

Mais de cinco mil pessoas habitam, trabalham e geram riquezas que se somam no crescimento da região Oeste do Paraná.

As homenagens e aplausos da Assembléia Legislativa às autoridades e população de São José das Palmeiras.

Parabéns, São José das Palmeiras!

#### REQUERIMENTO Nº 747

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, usando de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, registro de votos de congratulações à direção, funcionários e associados da empresa Organização Social de Luto Curitiba S/C Ltda, em comemoração aos quinze anos de ininterruptas atividades.

Seus idealizadores e fundadores: Maria de Lourdes Mildemberg e Nelson Kuminek, pessoas probas de grande visão empreendedora e responsabilidade social, têm, ao longo dos anos, consolidado uma empresa respeitada, reconhecida e líder em segmento no sul do país, pelo que são merecedores dos maiores elogios, aplausos e congratulações, extensivos aos seus fiéis funcionários.

Requer outrossim, que seja oficiado à direção, na pessoa de Maria de Lourdes Mildemberg, com endereço à Av. Marechal Floriano Peixoto, 306, 9º andar - Conjunto 91, Curitiba - PR, CEP 80.010-130.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 748

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, usando de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de votos de congratulações às autoridades e população do município de Maripá, pela comemoração do 13º aniversário de emancipação política, no dia 17 de abril de 2006.

Requer outrossim, que seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Henrique Ludowigo Deckmann, com endereço à Rua Luiz de Camões, 437 e ao Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Elmer Schadeck, com endereço à Av. General Canabarro, 579 - Maripá - PR, CEP. 85.955-000.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei nº 9.226, foi criado o município de Maripá. Hoje com apenas treze anos, um município ainda novo, cuja população unida e solidária, com muito trabalho e dedicação, tem demonstrado o seu valor e potencial no desenvolvimento e crescimento de sua terra.

Um povo feliz, trabalhador, cumpridor de seus deveres, consciente de seus direitos e responsabilidades, que unido às suas lideranças e autoridades do Executivo e Legislativo é merecedor das mais efusivas homenagens e congratulações pela beleza e grandeza que é Maripá, pela grande produção agropecuária, agroindustrial e também pela produção, exposição e Festa das Orquídeas, do Peixe e a já famosa nacionalmente, corrida de tratores, denominada, “Arrancadão de Tratores”.

Parabéns Maripá, parabéns maripalenses!

#### REQUERIMENTO Nº 751

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que officie ao Governador do Estado e ao competente jornalista Marcos Batista, Diretor da Paraná Educativa, a sugestão de gravação e divulgação pela TV Paraná Educativa da “Seresta da Lapa”, evento cultural que tem se sucedido todos os segundos sábados de cada mês, no Teatro São João e nas ruas da cidade legendária, a partir das 19:00 até às 20h30, e sua exibição em clip condensado para toda a extensa e intensa rede de telespectadores nacionais e internacionais da TVE-PR.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A divulgação da Lapa, de sua beleza, de nossa música brasileira seresteira, e da brilhante iniciativa cultural e turística da Cidade Legendária e Heróica. Para informação fones: 41-3622-1422 e 41-9986-1011.

Seja este requerimento encaminhado ao Sr. Prefeito da Lapa, Miguel Lourenço Horning, Pça. Mirazinha Braga, 87 - 83750-000; ao Sr. Márcio Assad, Av. Dr. Manoel Pedro, 2069 - Lapa/PR - CEP 83750-000; ao Diretor da TVE, Marcos Batista - Júlio Pernetta, 695 - CEP 80810-110; à Secretária da Cultura, Vera Mussi - Rua Ébano Pereira, 240 - CEP 80410-240; ao Secretário de Turismo Celso Caron, Rua Dep. Mário de Barros, 1290 - 3º andar, CEP 80530-913; ao Presidente da Paraná Turismo, Herculano Lisboa, Rua Dep. Mário de Barros, 1290 - 3º andar CEP 80530-913; ao Secretário de Educação; à Diretora da Empresa Curitiba Fashion Art, Nereide Michel, Rua Antônio Martins de Araújo, 134, CEP 80210-050; à Presidente da Provopar PR, Lucia Arruda, Rua Dr. Muricy, 950 CEP 80020-040; Jorge Demiate, Rua Estevão Bayão, 211 - Ap. 201, CEP 80240-260.

#### REQUERIMENTO Nº 729

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido douto Plenário, o envio de expediente ao Procurador-Geral do Estado, Exmo. Sr. Dr. Sérgio Botto de Lacerda, solicitando providências ao exposto pelo servidor da Sanepar, Sérgio Lovado, ressaltando que o mesmo está sendo vítima de coação moral e retaliação política.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 738

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, solicitando o envio de laudo e mapa constando o geo-referenciamento dos municípios de Doutor Ulisses e Sengés, constando suas limitações e divisas, especificando, ainda, a estrada férrea que fica entre a divisa dos referidos municípios.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 750

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente fulcrado no artigo 120 do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER a juntada das proposições de Emenda Constitucional nº 40/05 e 27/06, conforme as razões que passam a ser expostas.

Dispõe o Regimento Interno:

*Art. 120. Poderá a Assembléia decidir, com requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.*

Tendo em vista o trâmite da Proposição de Emenda Constitucional nº 27/06, de autoria do Poder Executivo, cujo objeto é similar e mais amplo (ao passo que veda até o terceiro grau e veda o nepotismo cruzado), entendo viável a reunião de ambas as Proposições de Emendas para trâmite em comum.

Note-se que embora sejam de iniciativa de poderes distintos, ambas as proposições tratam da mesma matéria, cumprindo o exigido pelo artigo 120.

A PEC é uma proposição, nos termos do artigo 117 do mesmo diploma legal, sendo possível e recomendável a transformação em uma PEC só, evitando decisões contraditórias e precipitadas.

Não há dúvidas de que a PEC 27/06 atende de melhor forma os anseios dos cidadãos pela moralidade na Administração. É mais abrangente e completa.

Demais disso, note-se que se for atribuído regime de urgência a tal proposição, o resultado será mais eficiente que a própria vigência da PEC 40/05. Isso porque em 45 dias a Assembléia Legislativa manifestar-se-á sobre ela, prazo inferior aos 180 dias que a PEC 40/05 concede aos Poderes para adequação a seus preceitos.

Justifica-se o presente requerimento, posto que tal garante maior lisura e democracia no trâmite legislativo, atendendo verdadeiramente os anseios da população, fim primeiro e último deste Poder.

Sendo assim, requer a transformação das duas proposições em uma só, observados os requisitos legais e regimentais.

Para tanto, solicito o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) NEREU MOURA

#### REQUERIMENTO Nº 760

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado; ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública; ao Coronel Aramis Linhares Serpa, Comandante do Policiamento do Interior e ao Coronel Nemésio Xavier, Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, solicitando providências enérgicas das Polícias Civil e Militar no sentido de coibir os crimes violentos que estão ocorrendo na Fazenda Rio Grande, onde dez assassinatos ocorreram em apenas um mês, colocando a população daquela cidade entre fogo cruzado, nas brigas de gangues e assaltos à luz do dia.

Ainda requer sejam adotadas providências para que a Delegacia da Fazenda Rio Grande passe a contar com a ajuda de agentes especializados e policiais militares em quantidade necessária, acabando com a presença de funcionários da Prefeitura que são despreparados para a função, atrapalhando em muitas vezes a ação da Polícia Civil.

Pede ainda, que seja designada uma ou mais viaturas da Rone, para que realize um efetivo e ostensivo policiamento preventivo, de forma sistemática, nos bairros da Fazenda Rio Grande, inibindo definitivamente a ação dos marginais e criminosos que atuam naquela cidade.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 735

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, facultado pelas disposições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o artigo "Em Pé de Guerra", de autoria do eminente jornalista Pedro Washington, publicado em diversos jornais na semana passada.

Do aprovado, solicita-se seja dado ciência ao articulista, via correspondência a ser remetida à Rua Cel. Dulcídio 1179 - ap. 802 - Batel - CEP 80250-100 - Curitiba/PR; para o Diretor-Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná - Ocepar, Sr. João Paulo Koslowski, à Rua Mateus Leme, 575 - Centro Cívico - 80530-010 - Curitiba/PR; e para todos os presidentes das Cooperativas.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) ELIO RUSCH

## Projetos de Lei

### PROJETO DE LEI Nº 178/06

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Lar Infantil Sol Amigo, com sede e foro no município e comarca de Curitiba, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) ELIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

Honrosamente submeto à apreciação de V. Exas. o projeto de lei em anexo, que pretende declarar de Utilidade Pública o Lar Infantil Sol Amigo, neste Estado.

A citada associação é uma entidade sem fins lucrativos, com o propósito de promover a integração dos deficientes físicos no contexto social, através de uma ampla diretriz de objetivos, descrita no texto estatutário da Entidade, que acompanha a presente matéria propositiva.

Considerando os nobres propósitos dessa Entidade, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e a conseqüente aprovação da presente proposição de lei.

### PROJETO DE LEI Nº 179/06

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a rodovia que tem o seu início na rodovia BR-369, passando pelos Distritos de São Roque, de Santa Rosa e de São Pedro, todos do município de Corbélia, até encontrar o acesso a São João do Oeste, na BR-277, no município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que atravessa os municípios de Corbélia e Cascavel, e que tem o seu início na rodovia BR-369, passando pelo Distrito de São Roque, pelo Distrito de Santa Rosa e pelo Distrito de São Pedro, todos do município de Corbélia, até encontrar o acesso a São João do Oeste, na BR-277, já no município de Cascavel.

O referido trecho faz parte do Programa Caminhos da Roça e é de suma importância para o escoamento da safra agrícola.

A iniciativa é uma antiga reivindicação de lideranças políticas e comunitárias da região, que há muito reivindicam a estadualização da rodovia, com o objetivo de melhorar as condições de trafegabilidade da mesma e atender às necessidades econômicas e sociais dos municípios de Cascavel e Corbélia.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 180/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a municipalizar trecho da Rodovia PR-574, de aproximadamente 2.150m, que vai da saída da cidade de Cafelândia em direção a Penha-Corbélia, com início em frente ao Posto Ipiranga, até as proximidades das torres repetidoras.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa repassar à égide do município de Cafelândia, trecho da Rodovia PR-574, atualmente sob domínio do Estado (DER). Ocorre que o desenvolvimento do Município acabou por abranger, dentro do seu perímetro urbano, o trecho da referida rodovia.

Segundo dispõe o inciso VIII do artigo 30 da Constituição Federal: *competes ao Município promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.*

O Município tem interesse na construção de uma avenida e um portal na sua entrada, sendo que, para tanto, necessário se faz a municipalização do trecho mencionado.

Tais melhorias implicarão maior segurança aos cidadãos locais, além de propiciar a maior urbanização do Município, e, por consequência, o desenvolvimento e bom atendimento dos interesses locais e regionais.

Demais disso, sob responsabilidade do Município, tal trecho da rodovia PR-574 estará sob sua manutenção e conservação, desonerando os cofres do Estado.

Sendo assim, invoca o apoio dos nobres Parlamentares para que o presente projeto de lei seja aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 181/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Mulheres Solidárias do Jardim

Interlagos e Adjacências, com sede e foro em Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Solidárias do Jardim Interlagos e Adjacências, com sede na cidade de Londrina-PR.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 8.914 de 24 de setembro de 2002, foi declarada de Utilidade Pública Municipal, por uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover a integração sócio-político-econômica das famílias moradoras do Jardim Interlagos e adjacências, incentivar e apoiar a participação da mulher nas diversas atividades comunitárias estimulando sua organização social e política, identificar problemas comuns que envolvam as mulheres, crianças, adolescentes e seus familiares, propondo alternativas em conjunto com a comunidade, promover cursos de capacitação e alfabetização das associadas, levantar alternativas de ação que visem a melhoria da qualidade de vida da comunidade, buscar integração junto às demais organizações comunitárias, objetivando avaliar e encaminhar as demandas locais de forma conjunta, criar Centro de Educação Infantil para crianças de 0 a 6 anos e criar projetos na área de esportes, cultura, educação e lazer para adolescentes até 16 anos.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meu nobres Pares, a aprovação da presente proposição.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

***Deputado Elio Rusch (PFL)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No fim de semana, agora, a imprensa do Brasil e também do Paraná têm mostrado o trabalho e a pesquisa que foram realizados pelo IBGE, em termos de crescimento industrial do nosso Brasil. Quatorze regiões foram pesquisadas e houve crescimento em onze regiões do nosso país. A média de crescimento nacional ultrapassou os 5%.

O Estado do Paraná, Srs. Deputados, pelo oitavo mês seguido, recuou no crescimento industrial. Enquanto que a média de crescimento no Brasil chega à casa dos 5%, Deputado Nelson Garcia, no Paraná houve um recuo, um decréscimo de mais de 7%.



Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos que lembrar o passado. Nos primeiros meses do atual Governo Roberto Requião, o crescimento industrial no Estado do Paraná estava acima da média nacional. Por que estava acima da média nacional? O crescimento industrial vinha a um passo lento, mas gradativo. Isso se deve ao reflexo da política industrial, adotado no Paraná pelo Governo Jaime Lerner.

Quer queria ou não, Sr. Presidente, isso tem que se dizer: o projeto do crescimento sócio-econômico, do desenvolvimento econômico do nosso Estado foi implantado pelo Governo Jaime Lerner. O reflexo foi sentido e está se sentindo até hoje.

Em 2003, houve uma mudança na administração estadual. O atual Governador, nós o conhecemos, todos os Deputados e todo o Paraná conhecem a política do Governador Roberto Requião. Esse rompimento unilateral dos contratos, essa política que ele prega do neoliberalismo contra os grandes empresários, é lógico, que não tivemos mais nenhum investimento de grande monta do nosso Estado e o reflexo aí está. Vejam, Srs. Deputados, onze regiões tiveram crescimento de quatorze pesquisadas. O Paraná ficou atrás do Espírito Santo, de Goiás, Pernambuco e da região Noroeste. Essas regiões tiveram o crescimento ainda positivo. O Paraná não teve só um crescimento negativo de 1%, mas um recuo de 7%. Os senhores já pensaram, Srs. Deputados, o reflexo que isso vai causar ao Estado do Paraná? Os senhores já imaginaram se nós não tivéssemos instituído no Estado do Paraná a política industrial?

O desenvolvimento que houve do nosso Estado no Governo anterior, tem que ser dito. Não vamos falar politicamente do governador, mas vamos falar administrativamente o que houve. O incremento que houve nos Portos de Paranaguá e Antonina e o que o Paraná está perdendo hoje. Se pegarmos qualquer jornal de Santa Catarina, podemos constatar os investimentos que existem no Porto de São Francisco, no Porto de Itajaí, o investimento, o crescimento que existe no Porto de Santos, as empresas que lá estão se estabelecendo. Não vão arrancar esses investimentos após a era Requião e trazer ao Porto de Paranaguá. Isso é um prejuízo permanente para o nosso Estado!

Agora, o Governador Roberto Requião tem que dar graças à política industrial do Governo Jaime Lerner, que fez com que este Governo conseguisse arrecadar um bilhão de reais, referente ao ICMS gerado no Governo passado e que está sendo pago agora, fora o ICMS que essas empresas estão gerando. Vou protocolar aqui na Assembléia, pedir uma informação, porque quando tivemos em uma Audiência Pública, pedi para o Secretário da Fazenda, o envio para este Parlamentar, da arrecadação do ICMS e não recebi esses números. Vou fazer um pedido de informações para saber qual foi a receita do ICMS ano após ano, desde 94 até agora, para ver qual foi a receita do Estado do Paraná e qual reflexo tiveram exatamente essas indústrias que se estabeleceram no Estado

do Paraná. E junto com isso, vou fazer um outro pedido de informações para saber as vinte e uma empresas que mais contribuem com ICMS e daí vamos saber quando elas foram instaladas em nosso Estado.

Está na hora de o Governo do Estado mudar a sua posição, porque os números aí estão e quem vai pagar essa conta é a sociedade do Paraná. Temos que pensar na próxima geração e não só pensar na próxima eleição. É lamentável que pelo oitavo mês seguido o Paraná tenha um recuo no crescimento industrial. É lamentável que chegamos a esse ponto!

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente Hermas Brandão, Sras. e Srs. Deputados.

Às vezes hesito em subir a esta tribuna para voltar à questão da violência na cidade de Londrina e da nossa região, mas não temos outra alternativa senão pelo menos trazer ao conhecimento do Governo do Estado, da população desta capital ou das autoridades, pelo menos a situação de penúria que o Norte do Paraná está vivenciando em função da cavalgada da violência. Infelizmente temos aqui algumas manchetes que mostram como está a onda de violência: “Marginais invadem Seminário e assaltam padres”. Isso foi em Rolândia, neste final de semana. Às oito horas da noite, quatro elementos invadiram o Seminário Santa Mônica, no Jardim Novo Horizonte em Rolândia, colocaram o Frei Maciel e todos os outros padres como reféns, levaram batinas, notebooks, aparelhos de som, fora as ameaças psicológicas e a violência física que esses padres sofreram.

Em Londrina, na zona Norte, no Alto da Boa Vista, assaltantes trancaram evangélicos dentro da Igreja para praticar assalto a pessoas que estavam saindo do culto e tiveram que voltar. Apenas a Sra. Elza Aparecida Gaspar é que tinha dinheiro, porque os outros tinham deixado o dinheiro como contribuição a esta Igreja Evangélica. Vejo aqui algumas publicações: “Londrina cidade de ninguém. Bang Bang, parece com o Rio de Janeiro”. Também em Londrina: “alunos fazem greve por medo”. Neste jornal, a Folha do Norte, está aqui: “cadê a polícia?” E poderíamos ficar aqui o dia todo trazendo os casos de violência que a nossa população sofreu. E eu estou até cansado em tratar desse assunto nesta tribuna, mas os jornais, as rádios, as televisões, diariamente em nossa cidade, têm denunciado a situação de insegurança em que estamos vivendo. E até nós, representantes da população, estamos sendo tachados de omissos, perguntam: onde estão as autoridades? Cadê os nossos Deputados? Nós temos que dar uma resposta à sociedade. O Secretário da Segurança Pública está totalmente avesso a essas denún-

cias. A sociedade quer um encontro com o Governador Roberto Requião. O Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina, a Associação Comercial e Industrial, as entidades representativas, querem ter um encontro com o Governador porque não aceitam mais falar com o Secretário, quando ele ouve ou quando ele marca uma reunião. Eu tenho certeza que o próprio Governador Roberto Requião sabe que a forma do combate à violência em nossa cidade está errada. Não adianta colocar policiais, não adianta gastar com propaganda dizendo que a Patrulha Escolar fez maravilhas se, aqui, alunos estão fazendo greve, não estão entrando às salas de aula por falta de segurança. E não é nada pessoal à figura do Governador ou à do Secretário da Segurança Pública; são constatações que nós não podemos mais fugir.

Na minha rua, na esquina da minha casa, um garoto foi sequestrado. E até agora ninguém sabe o que aconteceu. Eu tenho três filhos, não estou defendendo aqui em causa própria, mas a sociedade londrinense, nor- te-paranaense, clama por atenção porque a revolta é muito grande.

Com a palavra, mais uma vez, o Governo do Estado, na figura do Governador Roberto Requião.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador é o Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Carlos Welter (PT)***

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É com grande satisfação que venho aqui a esta tribuna, nós, que somos um Poder Independente, somos um Poder que, realmente, emerge da vontade popular, e aqui estão todas as forças políticas eleitas pelo povo. E eu, pessoalmente, quero dizer umas coisas que lamento que aconteçam com algumas lideranças, aqui, do Estado.

Eu lembro muito bem do segundo turno das eleições passadas, eu me dediquei de corpo e alma, e não foi diferente com todas as lideranças políticas que me cercam, para apoiar o Governador Requião.

Na sexta passada, infelizmente, o Governador Requião, Deputado Ângelo Vanhoni, V. Exa. que foi Líder do Governo, ele acusou a nossa Bancada de eleitoreira e oportunista por ter apresentado esse projeto com relação ao nepotismo aqui no Estado. Infelizmente, eu estive lá e tive que ouvir quieto, porque falei no início do evento, e a Assembléia Legislativa, nós como Parlamentares, temos independência dos nossos votos, o povo do Paraná quis votar esta lei com relação ao nepotismo. Nós aqui demos uma demonstração de independência do Poder e o que lamento é que o Governador bateu, fez a crítica exclusivamente à Bancada do PT. E eu vi aqui, na medida em que o Governador mandou a sua proposta, depois que já estava no segundo tempo do jogo, da proposta do nepotismo, da proposta do Tadeu Veneri. Eu

percebi que o Governador credenciou e autorizou a votação, inclusive dos Deputados do PMDB e não foi diferente...

#### **(Interrupção devido a problemas de som)**

Então, Sr. Presidente, foi isso que ocorreu em Nova Laranjeiras: o Governador esbravejou, Deputado, Líder do PMDB, bateu na Bancada do PT inteira, dizendo que somos oportunistas e eleitores.

Eu, como membro deste Poder, acho que isso foi uma afronta ao Poder Legislativo, porque este Poder é independente e esta proposta que foi votada aqui é a vontade do povo do Paraná. Eu vim aqui, Deputado José Maria, Deputada Elza, pena que não está aqui o Deputado Mauro Moraes, que votaram na proposta votada por aproximadamente quarenta Parlamentares, com uma vontade dos paranaenses. Eu me senti profundamente magoado, porque sou um Parlamentar independente, não tenho grupo econômico que me dê sustentação política; sempre fui do PT e me senti magoadíssimo e vejo o quanto isto não é bom para o conjunto do Paraná e nós, que tivemos aqui um Líder do Governo como o Ângelo Vanhoni, do PT, o Stica que também foi Líder, e eu, que sempre fui da base aliada, sinto-me totalmente desrespeitado, porque é o povo do Paraná que quer pôr fim a uma questão que acontece há séculos aqui neste país, e no país todo se discute, e na medida em que o próprio Governador - veja só que erro político - mandou a proposta para cá, ele credenciou e autorizou, sem sombra de dúvida, sua Bancada também votar na proposta, tanto é que alguns Deputados do PMDB votaram, eu vi isto, fico imaginando o constrangimento das lideranças do PMDB, dos Deputados do PMDB, com relação a esta matéria.

E não tenham dúvida, eu, enquanto Deputado, mantereí a minha independência nesta Casa. No meu entendimento o Governador deveria pedir desculpas a toda a Bancada do PT, em função desse posicionamento que fez com a nossa Bancada, porque ele ofendeu, além da Bancada, está implicitamente, todo este Parlamento que quis, está votando agora nesta semana, talvez, em segunda votação esta matéria.

Então, é o desabafo que quero fazer. Continuaremos votando com independência os projetos que atendam ao interesse do Estado. Agora, não aceitamos, eu, enquanto Líder do PT também, já fui Líder da Bancada, não aceito este tipo de constrangimento, esta forma de externar publicamente, atacando fortemente as Lideranças do PT, que é um Partido, diga-se de passagem, além de outros, que deu a vitória do Governador no segundo turno nas eleições passadas.

Entendo como um recado, talvez, como nós já definimos, Sr. Presidente, nosso pré-candidato ao Governo do Estado, Senador Flávio Arns, que está muito dedicado a esta pré-campanha e tem todo o envolvimento dos movimentos sociais que já sinalizam o apoio a ele, e o risco de realmente ele ir para o segundo turno é muito grande e talvez o Governador já tenha eleito o PT de adversário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Deputado José Domingos Scarpellini

**Deputado José Domingos Scarpellini  
(PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O desespero devagar vai batendo no Sr. Governador do Estado do Paraná; o desespero vai chegando na medida que vão se aproximando as eleições e o Governo do Paraná, através do Governador, através dos seus irmãos - quer o do Porto de Paranaguá ou o também Secretário da Educação - começam a demonstrar o desespero, porque sabem que não vão disputar uma eleição sem adversários, que era a única maneira que teriam para ganhar!

As oposições, mesmo desorganizadas, mesmo sem nomes definidos, estão aí, prontas para o enfrentamento e aí o desespero começa a bater! O Governador vai lá no Sudoeste e manda os agricultores enfiarem as faixas em outro lugar, menos no lugar que a faixa de protesto deve ficar, que é o local de leitura, e transforma num discurso famigerado e ofensivo contra agricultores! O Governador vai a Nova Laranjeira e agride os Deputados do PT e os Deputados desta Casa, porque ele quer antecipar a discussão de determinados problemas, matá-los já, para não ter que discutir na eleição. Ele não quer, durante o horário e o tempo eleitoral e dos debates políticos, discutir o nepotismo, então ele quer discutir já, e dizer que ele combate o nepotismo! Ele quer que o projeto do nepotismo seja o projeto dele e não o projeto do povo do Paraná! Aí, vai o seu irmão, o Secretário da Educação, Maurício Requião, lá em Arapongas, com uma gangue chamada de PMDB Jovem, com carros locados da Cohapar, com dinheiro público, deslocando-se para lá certamente com diárias da Cohapar, a gangue do PMDB Jovem e vai lá, e ao invés de discutir questões políticas, afrontar o Deputado José Maria Ferreira que apresentou um Substitutivo, nesta Casa. E além de afrontar o Deputado, desacata a Assembléia Legislativa do Paraná, esculhambando com todos os Deputados! E estamos aqui, parece-me que de quatro, a ouvir a família Requião a desacatar, a ofender e não vamos reagir?

O Parlamento deve e tem a obrigação de fazer a sua reação. Não podemos concordar com as ofensas que foram jogadas sobre o Deputado José Maria Ferreira, como também, de sorte, em cima de toda a Assembléia Legislativa do Paraná.

A votação do salário-mínimo, vai o Governador no rádio e dá uma entrevista dizendo que vota as coisas de interesse do povo e que os Deputados parecem “gatos deitados em cima do saco”. O Governador cria frases de efeito, como criou na campanha que o elegeu nessa última eleição, dizendo que ele era o desatador de nós e que tinha a proteção de Nossa Senhora Desatadora dos Nós, e por isso iria resolver todos os problemas do

Paraná, inclusive o pedágio, que jurou que “ou o pedágio baixa, ou acaba”. E nada aconteceu.

Sr. Presidente, o caluniador, o difamador precisa ser punido pelo povo e pela Assembléia do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero crer que não esteja acontecendo algo que venha a diminuir até o volume do som que sai desta tribuna. Infelizmente, vimos agora o Deputado Elton Welter com problemas e aqui está quase inaudível. O volume está muito baixo.

Desculpe, Presidente, mas acho que quase todos os Deputados concordam com o que estamos falando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço à equipe do som que tente normalizar a situação, que há reclamações de todos os Parlamentares.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Peço que V. Exa. solicite ao Deputado Scarpellini, que se referiu daquela tribuna “a gangue do PMDB Jovem”. Não aceito isso, porque meu filho foi eleito Secretário Geral do PMDB Jovem. V. Exa., Deputado Scarpellini, faz parte do PMDB, quando V. Exa. defendeu o AI-5 e estávamos lá em Brasília a defender o seu direito de divergir do nosso Partido. Mas, não aceito que V. Exa. diga que o PMDB Jovem é uma gangue. Não aceitamos. O PMDB Jovem é feito de jovens inteligentes, que estão pensando que este país e este Paraná têm outro rumo de liberdade. E não V. Exa., que já fez parte deste Partido, que é o maior Partido do Brasil, e V. Exa. não pode ofender a juventude do PMDB do Paraná.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Fiz uma colocação de que uma parte do PMDB Jovem que lá estava, parecia uma gangue, não disse que o PMDB Jovem é uma gangue, Deputado Anibelli. Havia gente com bebida alcoólica, foi visto, foi fotografado, eu tenho as fotografias.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

V. Exa. apresente. Não cabe a V. Exa. ofender a juventude do Paraná, do nosso Partido. Jamais faria um ato desse contra o seu Partido.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Está aqui o jornal que trata do assunto. A ofendida, aqui, foi a Assembléia Legislativa, na guerra que foi criada no encontro do PMDB Jovem lá em Arapongas, onde mais de vinte pessoas saíram machucadas, com escoriações. Onde havia realmente algumas pessoas que, com camiseta do PMDB Jovem, estavam lá aprontando. Isso não é da responsabilidade do Partido. Mas, estavam lá, fazendo parte do encontro do Partido. Essa confusão toda quem criou não fomos nós, foi uma questão levantada

pelo ex-Deputado Romanelli, em defesa do Maurício Requião que é Secretário da Educação, que se sentiu ofendido e que daí, passou a ofender a Assembléia e o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço a compreensão dos Srs. Deputados, para encerrar esta discussão.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado André Vargas.

## ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sra. Deputada Cida Borghetti, Srs. Deputados.

Estive em Francisco Beltrão neste final de semana, como relatou o Deputado Welter, terminando a reunião do Partido. Quarenta municípios reunidos, qual não foi a minha surpresa quando chega o Prefeito de Nova Laranjeiras, do meu Partido, trazendo uma fita de vídeo, onde o Governador, ladeado por ex-Prefeito, por alguns Deputados daqui, pelo Deputado Welter, passa a vociferar, como sempre faz, a atacar, como sempre faz, e atribuir à Bancada do Partido dos Trabalhadores, termos como “patifaria e picaretagem”.

Qual teria sido o erro da Bancada do PT, votar favoravelmente a um projeto de autoria de um dos nossos membros, o Deputado Tadeu Veneri? Projeto que concordamos que põe fim ao nepotismo, Sr. Presidente. Esse teria sido o erro e para o Governador, patifaria e picaretagem, patifes e picaretas seriam todos os quarenta Deputados que votaram por aquela proposta. Engraçado! Quando ele me atacava e atacava esse Deputado, alguns aqui, inclusive do PT, achavam que devia ser porque é o Deputado André Vargas, ou porque ele é gordo, ou porque ele é de Londrina. Quem atacou o Deputado Tadeu Veneri, deve ser porque ele é baixinho, combativo, porque é de Curitiba, porque não fala “amém” para o Governador. Quando atacou o Lemos e ataca permanentemente, deve ser porque ele é Presidente do Sindicato, sem representatividade. Deve ser porque as coisas andam bem para o Governador, no meio da Educação! Mas, agora, quando atacou o Deputado Padre Paulo, deve ser porque ele é padre, porque ele é do Noroeste, mas, Sr. Presidente, ele não atacou a Bancada do PT, ele atacou esta Casa, chamou de picaretas, patifes, todos aqueles quarenta Deputados que votaram de acordo com o projeto. Ele se referiu, sim, à Bancada do PT. Disse, sim, que o PT isso, que o PT aquilo. As considerações em relação ao conteúdo eram que nós estávamos perseguindo o seu irmãozinho, o seu irmão, o Secretário da Educação, a quem entregamos nesta Casa, em três anos e três meses, respeito. Nunca foi atacado, pelo menos por este Deputado e nem por nenhum dos nossos Deputados aqui, como se o projeto visasse unicamente remover a Secretaria, o melhor Secretário da Educação do Planeta. Respeitamos o Maurício,

mas o projeto do nepotismo não se atribui e se aplica a esse ou àquele Deputado, a esse ou àquele Governador, a esse ou àquele Prefeito. É uma Emenda Constitucional feita dentro dos princípios constitucionais, na atribuição de Deputado, que o Deputado Tadeu Veneri exerceu, como tantos nós exercemos, quando elaboramos projetos de lei.

Portanto, estejamos atentos. Hoje é um, amanhã será outro.

Não quero atacar o Governador, porque qualquer um que discorde do Governador, vira adversário, inimigo. Não deveria ser assim. Vivemos num regime democrático, vivemos numa época em que a ponderação faz bem, equilíbrio faz muito bem e o diálogo deveria preponderar em favor do Estado. Lamentável.

Lamentável, Sr. Presidente, que esta Casa, este Parlamento seja atacado porque tem posição. Lamentável que a Bancada do PT, numa das raras vezes que teve uma posição única, seja atacada por isso. Talvez tenha motivo para nos atacar. Talvez alguns de nós tenha errado.

Aliás, o Deputado Caíto Quintana, num discurso, cita: “eles tinham que cuidar do Marcos Valério e do Delúbio”. Ninguém gritou: e o Borba? Ninguém gritou para o Governador. Certamente é a pergunta que se faz sem querer entrar no julgamento, porque acho que as pessoas têm que querer ser respeitadas, independente se elas estão sendo indiciadas, processadas. Até porque são raros os políticos que não têm processos que questionem a sua conduta com a Prefeitura ou no mandato.

Mas, veja o deslante do Sr. Governador. Portanto, não sei quem, eu me senti atacado e venho aqui responder. O Deputado Welter usou o plenário, qualquer um dos Deputados do PT que não responda, que não dê opinião, assume para si a crítica, porque o homem e a mulher têm que ter dignidade e o Parlamentar mais do que nunca, seja o ataque vindo do Governador ou de qualquer um. Nós somos homens públicos e temos que responder.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Grande Expediente, Neivo Beraldin.

## ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes mesmo de começar a falar sobre o assunto da Parana Previdência, eu fiquei ouvindo aqui a situação que dois Deputados tiveram nesse final de semana no interior do Paraná.

Agora vejam, quatorze Deputados, dos cinquenta e quatro eleitos, mudaram de Partido, após a eleição de 2002, dos quais seis migraram diretamente do PFL e de outros Partidos, para o PMDB, e tiveram uma convivência muito harmoniosa com o PT.

Então, o meu caro amigo Rafael Greca de PFL, eleito pelo PFL, Quielse Crisóstomo veio do PFL. Mauro Moraes veio do PSC, está no PMDB.

Então, quando o Governador, às vezes, dá um certo chega para lá, é porque também ele avalia que muitos buscam o interesse pessoal, buscam o interesse da eleição ou virar despachante de luxo para levar obras de dinheiro público que são, evidentemente, já colocadas no Orçamento e faz uma simples base de apoio, que é o grande mal deste país.

Este país não pode conviver mais com o governante eleito. O primeiro objetivo é ter a maioria na Assembléia Legislativa. A Assembléia Legislativa é o primeiro dos três Poderes. Aqui os eleitos são os representantes legítimos do povo. Não pode se eleger com o voto do povo e depois virar o voto do Governador. Evidente que depois, não pode o Deputado eleito virar inimigo do Governador, porque cabe aqui uma manifestação independente do relacionamento humano, independente do Governo que se apóia ou não, mas deve se manifestar sempre dentro de um critério do que é certo do que é errado. Nós não temos obrigação de sermos nem bons e nem maus com o Governo do Estado. Nós temos obrigação de sermos justos com o povo que nos elegeu. Não me declaro nem Oposição, nem Situação, tendo em vista que me interessa muito pelo interesse público. Acho que a função principal do Deputado eleito é fiscalizar a máquina administrativa do Governo do Estado. Porque o Governador, nem sempre ele conhece todos os meandros da administração interna. O Governo é muito amplo, tão amplo que tem a Sanepar, a Copel, a ParanaPrevidência, que vou me referir agora.

ParanaPrevidência - A Comissão de Fiscalização e Controle faz o seguinte requerimento à ParanaPrevidência: que forneça os cem maiores beneficiados de aposentadorias, os cem maiores beneficiados de pensões e os cem maiores beneficiados de recebimento acumulativo de aposentadoria e pensão.

Deputados e Deputadas, a resposta está aqui: ele tramitou no ParanaPrevidência em todos os seus setores; chegou aqui com a seguinte informação: Um cidadão, que a ParanaPrevidência não forneceu o nome, recebe em torno de vinte mil reais por mês, é aposentado, pasmem os senhores, desde 02.02.1942. Outro aposentado, de 24.03.1943. Um agente profissional aposentado, com 24.500,00. Um policial militar aposentado com 21.740,77. Por exemplo, um pensionista oriundo do Tribunal de Justiça recebe 26.951,41 não é um só, são vários. Um Delegado de Polícia 24.500,00. Ministério Público 24.332,37. Tribunal de Contas, que me parece que é o mais legítimo, 22.111,25. A Constituição determina que pode receber até 90,25% do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Vamos dizer que a ParanaPrevidência, que nos próximos dias, estaremos acionando, e que a Comissão deliberou por visitar a casa desses aposentados para ver se eles existem efetivamente e se eles têm o direito consa-

grado de receber isso. Parece-me que não, porque a Constituição, no artigo 37, inciso 11, limita aos cargos da Prefeitura, ao cargo de Prefeito. Limita aos Deputados, aos membros do Executivo, Procuradores, ao cargo de Governador. Maior cargo do Estado é junto com o Desembargador e Governador.

#### **O Sr. Rafael Greca (PMDB) (Aparte)**

Quero felicitá-lo pela intervenção, mas quero lembrar que quando fui Prefeito de Curitiba, havia funcionários que ganhavam muito mais do que eu. Esses funcionários acumulavam vantagens, vezes, vírgulas, ponto e vírgulas, parênteses e acabavam ganhando mais do que eu. Eram verdadeiros marajás. Lembro-me que o Prefeito, na época, ganhava perto de sete mil reais. E havia funcionários que ganhavam, não eram muitos, mas ganhavam perto de 14 a 15 mil reais.

Pergunto: não seria o caso de se aplicar um redutor para fazer valer a Constituição? Como é que se escapa disso? Isso é uma coisa.

E a segunda coisa, quero lembrar que a Dra. Maria Elisa Ferraz Paciornik, que foi um tempo Secretária da Administração, do Governo do Paraná, fez esta diligência de ir às casas das pessoas que estavam sendo remuneradas com grandes aposentadorias. E foi o que bastou para ela se incompatibilizar com metade da turma que estava no Poder, inclusive ficaram com ódio mortal dela. E ela denunciou, na época, uma indústria das aposentadorias no Paraná.

#### **O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Muito bem, certamente nós vamos ficar outra vez vistos com maus olhos por esses verdadeiros “marajás”. Vamos dizer que seja legal, mas de pronto posso dizer que é imoral, porque o cidadão brasileiro vive à beira da miséria.

Então, para que as Sras. e Srs. Deputados possam entender: em 2005, a Lei 11.143, de 26.07.05 fixa o salário de Ministro em R\$ 24.500,00. Então, pode-se receber até 90,25%, certo que terá que receber menos do que R\$ 24.500,00 ou menos do que R\$ 27.000,00 de pensão ou coisa do gênero.

Vejam o seguinte: em dezembro de 2004, a lei fixava o teto de R\$ 17.251,00 mais quarenta e seis. Em 1º de janeiro de 95, a lei fixou R\$ 19.403,75. Em 1º de janeiro de 2006, a lei fixou R\$ 22.111,25. Por isso é que talvez os que se aposentaram no Tribunal de Contas, entram dentro da lei. Aparentemente, parece-me que é assim.

Agora, a Comissão pediu mais informações à ParanaPrevidência, até porque, quem a preside é um amigo meu, chamado José Maria Correia, que está lá há menos de um ano, mas tem toda uma estrutura para poder responder de pronto nossas indagações. E eu quero acreditar que o Paraná não pode ser o “celeiro dos marajás” no Brasil. Não quero acreditar nisso. E também não quero acreditar que as pessoas possam receber aquilo a que não fazem jus.

Então, Srs. Deputados, já combinamos com os Deputados Elton Welter, Francisco Bühner e Reni Pereira, na última reunião da Comissão de Fiscalização e Controle da Casa, que vamos buscar os documentos para basear nossa análise técnica. Após o quê, iremos, *in loco*, visitar as casas desses que são os verdadeiros “marajás”. Certamente vamos encontrar as famílias mais tradicionais do Paraná. Certamente são as famílias mais ricas, as que estão nesta aposentadoria, aqui. Porque pobre não chega neste nível de aposentadoria, não.

Aliás, o Deputado Greca me dizia que havia funcionários da Prefeitura que recebiam mais do que o próprio Prefeito. Mas, aqui na Casa, também há Procuradores que recebem mais do que Deputados. E muito mais! E muito mais! E muito mais! E ninguém quer saber. Só quer saber de falar de Deputado.

Eu, Deputado José Maria, combinei com V. Exa. de que iria lhe ceder quinze minutos - e vou lhe conceder vinte do Grande Expediente - e dentro deste combinado, quero chamar a atenção das Sras. e Srs. Deputados, quero chamar a atenção da imprensa do Paraná, para que nos acompanhe *in loco* para verificamos de perto este assunto, porque a população trabalhadora não agüenta mais isto. Nem os próprios jornalistas e profissionais da imprensa, que recebem salários muito aquém, muito aquém. Os funcionários dos nossos gabinetes, digamos, advogados, contadores, auditores, estão muito longe de imaginar-se num salário dessa magnitude. Então, com a palavra a Paranaprevidência para esse embate com a Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa, e desde já dizendo, não é nada pessoal com quem administra a Paranaprevidência, mas é mais um assunto que a Comissão de Fiscalização está se ocupando; como se ocupou da Copel, quando a Fundação investiu no Banco Santos; como se ocupou na Sanepar quando ela desviou o seu rumo. E assim, estamos cumprindo com o nosso dever, que é o dever de fiscalizar quem administra o dinheiro público e quem guarda o dinheiro público.

Sr. Presidente, abro mão, então, dos próximos quinze minutos, conforme combinado com o Deputado José Maria Ferreira, se permite assim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está autorizado.

**Deputado José Maria Ferreira (PMDB)**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Utilizo desta tribuna hoje, por uma razão muito especial, razão que nunca fiz e nunca utilizei nos meus trinta anos de vida pública.

Fui, nesse sábado, à cidade de Arapongas, porque na cidade de Arapongas, Deputada Cida Borghetti, acontecia um evento da juventude do PMDB. A juventude que

nós queremos, que nós desejamos, que seja o futuro do Partido, o futuro da sociedade, que ela possa se inteirar, possa participar, possa trazer bons exemplos à vida pública e social deste país. Exemplo que nós já fazemos na minha cidade, quando fui Prefeito, que é a Câmara Mirim, e ela dá resultado, ela traz consciência, e por isso me dirigi a Arapongas. Lá, era para acontecer a convenção da juventude do PMDB que iria fazer a eleição da nova Executiva. Estiveram lá o vice-Governador discursando, levando a sua fala de entusiasmo, de otimismo; o ex-Secretário do Meio Ambiente, Luís Eduardo Cheida; o ex-Secretário Edson Strapassom, hoje retornando a esta Casa; lá estava o ex-Chefe de gabinete, nosso caro Deputado que também retorna a esta Casa; o ex-Secretário dos Transportes, Waldyr Pugliesi, sua terra natal; Prefeito Beto Pugliesi; e uma figura hoje conhecida do Brasil, Deputado Federal Osmar Serraglio, relator da CPI mista, tida como mensalão.

Essas pessoas todas usaram da palavra, estimulando a juventude, criando um ambiente para que nós pudéssemos, efetivamente, sair ali de um Congresso que mostrasse caminho, mostrasse amadurecimento dos políticos, mostrasse que todo o exemplo que estamos tendo, não é exemplo que estamos vendo de Brasília, mas há também núcleos extremamente positivos para a construção de uma Nação, de uma sociedade que busca justiça, busca o desenvolvimento, busca o avanço social e econômico. E foi dentro deste princípio que me dirigi à cidade de Arapongas. Estava lá o meu filho, membro da juventude do PMDB, lá estava ele, Deputado Anibelli, como lá estava seu filho, aliás, rendo homenagem, sério, firme, jovem de posição. Mesmo discordando da PEC, ele foi ético, foi um garoto jovem, mas um jovem homem. Às vezes a gente encontra um homem velho que não serve para ser homem.

Nas últimas falas usou da palavra o Secretário Maurício Requião. Fez um discurso de resgate da presença de sua família na vida pública. E um fato pitoresco, ele ficava espiando, aos doze anos, para que os estudantes pudessem sair pelo esgoto para fugir da ditadura. Assim disse ele, que aos doze já fazia política.

Num determinado momento, encaminhou a sua fala para criticar a PEC nº 40 de autoria do Deputado Tadeu Veneri e que recebeu da Comissão Especial de Reforma Constitucional deste relator, com todo consenso da Comissão e dos demais membros da sociedade, o substitutivo nosso.

Numa altura, o Sr. Secretário desancou a Assembléia Legislativa, dizendo que era uma encomenda. Que ela era imoral e que era extremamente politiqueria e que não atendia a coisa alguma, apenas uma encomenda.

Encaminhou mais um pouco com seu discurso, vira para este Deputado que estava à mesa e diz o que está reproduzido aqui no jornal Tribuna, na coluna política.

(Lê):

*Na seqüência o Secretário passou a atacar a PEC, que não é uma emenda, é uma encomenda, uma atitude*

*mesquinha, traiçoeira e eleitoreira, afirmou. Depois passou a se dirigir diretamente ao Deputado José Maria. Quem é você, que moral você tem para defender uma emenda como esta, disparou o Secretário.*

Na seqüência, dizer que eu era covarde, traidor. Que eu vim correndo ao PMDB feito um cachorrinho, um gato, não sei qual animal usou, pedir espaço ao Partido. Ora, respeito todos os Partidos. Fui filiado ao MDB em 1969. Quando fiz dezoito anos, na semana seguinte fui fazer a minha ficha de filiação.

Fiquei no MDB e fui candidato a Vereador da minha cidade. Fui o mais votado. Fui candidato em 1978 pelo MDB a Deputado estadual. Fui candidato em 1988, pelo MDB, a Prefeito da minha cidade. Tivemos um dos grupos mais céticos que este Estado teve num grupo de Prefeitura. Foram 24 anos, dos quais vivenciamos todos esses anos de Prefeitura.

Sempre levando o PMDB, até no momento em que não estava no PMDB. Os candidatos que apoiei, até por uma questão local, sempre foram os candidatos do PMDB.

Deputado Strapasson, V. Exa. que estava presente, presenciou aquela acapachante reação de quem não tem controle para atacar de forma mais vil. Condenou-se a ditadura na fala, enalteceu-se a democracia, mas na hora de oferecer, Deputado Vanhoni, um microfone para poder, em público, fazer a defesa, não tive. Uso desta tribuna, como espaço sagrado, meu caro Presidente, porque hoje tenho condições de falar do ultraje que recebi desse cidadão.

Nunca, nos meus trinta anos, fui tão ultrajado, fui tão humilhado, porque não tive o espaço, não me asseguraram o espaço democrático da defesa. Precisamos ter consciência de que se isso ocorreu, hoje, comigo, amanhã pode acontecer com qualquer um de nós. A Assembléia tem que ser um espaço.

Sou partidário, estou no PMDB, o meu Governador é Roberto Requião, mas esta Casa, os Deputados, nós, que conquistamos o privilégio de poder falar em nome da sociedade paranaense, não podemos nos curvar diante daquilo que não é o nosso entendimento.

Quando fui indicado pelo Líder da minha Bancada para ser o membro dessa Comissão, nem sabia, fiquei sabendo pelo anúncio e fui verificar porque o Deputado Bradock disse que era ele, eu disse: “mas o Presidente já anunciou o meu nome!” Fui verificar e perguntei para o Presidente: “Foi V. Exa. que me nomeou ou foi a minha Bancada? O Presidente respondeu: “Foi a sua Bancada”. A comissão me fez relator e estamos analisando uma PEC. Estamos analisando a constitucionalidade.

Eu não tenho a mesquinha, não sou pequeno e muito menos pusilânime para fazer uma lei, uma Emenda na Constituição que pudesse atingir alguém e eu tivesse interesse de alguém. Não me prestaria a isso, como também acho que esta Casa não se presta, porque ela tem demonstrado, em todos os momentos, grandeza: tem os seus pecados, mas tem demonstrado grandeza para, no

momento certo, reagir e fazer com que as coisas possam encaminhar no sentido mais positivo da nossa sociedade.

Lamentamos muito, porque em lugar de uma festa, Deputado Scarpellini, V. Exa., no primeiro momento, disse que lá estava a gangue jovem do PMDB, depois corrigiu. Não estava. Lá estava o filho do Anibelli, estava o meu filho, estavam os meus sobrinhos, porque os meus parentes estão todos dentro do PMDB, não estão em dois Partidos, não têm uma perna em um barco e a outra no outro. Estão todos dentro do PMDB, desde os mais jovens.

Eu não sou homem de ser dividido. Não sou homem de ter uma atitude e um comportamento divididos. No mesmo momento em que tive a grandeza de assumir, pela vontade dos meus companheiros, a relatoria, eu sabia, mas, não vi o grande problema no Estado do Paraná. Eu vejo um problema muito maior nas Prefeituras, eu vejo nas 399 Prefeituras e nas 399 Câmaras, onde há muita gente que trabalha com responsabilidade, com senso, com critério, mas também têm aqueles que fazem o “cabide do emprego” e aí são imorais.

Fui ultrajado. A emenda apresentada pelo Deputado Tadeu Veneri recebeu da Comissão, alterações como a inclusão dos auditores, do Vice-Governador, dos titulares de cargos que sejam equiparados a Secretários; dos membros da Magistratura, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários municipais, das empresas públicas de economia mista, das fundações, das autarquias, dos Deputados. A PEC apresentada pelo Deputado Tadeu, tiramos o sentido cruzado porque entendemos que a expressão, a grandeza e a vedação que transforma é muito grande e atingiríamos muito o direito individual.

Por esta razão foi que nós apresentamos. Mas, só de um desequilíbrio emocional que pode ter saído um comportamento, uma atitude leviana, impensada e irresponsável, quando atingiu toda a Assembléia e este Deputado, em particular.

Estivesse quem estivesse lá, com certeza se estivesse entre os quarenta que não estiveram naquela votação, com certeza teria recebido o mesmo tratamento.

E não vejo que a política deva ser feita assim. Mesmo para aqueles adversários, até porque na própria prática os adversários de ontem são os companheiros de hoje. Um exemplo, o Deputado Rafael Greca. E a política é assim. Não tem nada de desmérito, não há nada que possa impedir.

Com aparte o Deputado Marcos Isfer.

#### **O Sr. Marcos Isfer (PPS)**

Agradeço o aparte, Deputado José Maria, para nos solidarizarmos com V. Exa.

V. Exa. pauta a sua atuação dentro desta Casa pela coerência, pela forma transparente e principalmente pela forma firme com que faz política. E nós não podemos entender essas críticas à Assembléia, porque quando um dos Deputados é atingido, bem diz V. Exa., todos o são.

Não podemos entender porque começa a passar do limite da razoabilidade. Haver discussão, haver divergência, faz parte da democracia.

Agora, que lição se quer dar a esses jovens quando sequer se admite a discussão e se parte para a agressão? Isso demonstra realmente desequilíbrio, mas muito mais do que isso, demonstra que não estão preparados para ocuparem as funções que se diziam preparados para ocupar. Porque alguém que ocupa uma função pública tão importante, tem que ter, no mínimo, equilíbrio e bom-senso de saber ouvir e saber divergir.

Então, queremos nos solidarizar com V. Exa. e dizer que, efetivamente, esta Assembléia deu o exemplo que o Brasil queria ver com relação às Prefeituras, Câmaras, e é muito importante que aconteça. Mas, é muito importante que o exemplo comece dentro de casa. Para quem se diz solidário em querer mandar uma mensagem a esta Assembléia, achando que com isto pode enganar a Assembléia, não engana. É a mesma farsa que se tenta montar com esse salário-mínimo demagógico que iremos votar favorável, mas que é demagógico. Que é feito apenas eleitoralmente.

Então, V. Exa. tem toda razão, temos que nos solidarizar com V. Exa. e acho que esta Casa tem que fazer uma moção de repúdio às ações e às palavras ditas a V. Exa.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)**

Agradeço a demonstração de solidariedade, que vem de um amigo mesmo de Bancada diferente, mas um amigo que tenho prezado ao longo dos anos.

Deputado Durval Amaral.

**O Sr. Durval Amaral (PFL)**

Deputado José Maria, já estivemos no mesmo Partido, somos hoje de Partidos diferentes, adversários na boa causa e na boa luta, concorrendo até na mesma área e na mesma região. Mas, não posso, mesmo disputando voto com V. Exa., deixar de testemunhar que V. Exa. é um Parlamentar íntegro, sério, responsável no exercício do seu mandato e competente. Jamais usou o seu mandato para barganhar absolutamente nada, com quem quer que seja, ou em situação alguma, e posso testemunhar isso aqui. Essa agressão sofrida por V. Exa., não a tenha como uma agressão pessoal, não. Acho que é uma agressão à Assembléia Legislativa.

Por isso mesmo, estou propondo, nobre Deputado José Maria, juntamente com o Deputado Valdir Rossoni e outros Deputados mais, um desagravo a V. Exa. Temos que entender que essa atitude inconseqüente é para atingir em seu todo, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. E que sirva a V. Exa. como um entusiasmo, como um desafio a mais de nunca se curvar, de nunca se calar e de não aceitar essas imposições piores, que a pior das direitas praticadas, infelizmente, por aquele que presidia a mesa e pela covardia de quem lhe desferiu palavras de tão baixo calão, que efetivamente não se coadunam em momento algum com V. Exa.

Espero que todos os Parlamentares do PT, do PMDB, do PFL, do PPS, do PSDB, de todos os Partidos, subscrevam esse desagravo em defesa da independência e da autonomia do Poder Legislativo, de votar e aprovar ou rejeitar uma emenda constitucional, mesmo que ela não seja da vontade do Governo do Estado do Paraná.

**O Sr. Reni Pereira (PSB)**

Permite-me um aparte?

**(Assentimento)**

Quero dizer a V. Exa. que me somo aos apartes dos Deputados Marcos Isfer e Durval Amaral. Nós, que trabalhamos nas comissões, temos a honra de comungar com V. Exa. nos serviços técnicos às comissões desta Casa, em especial à Comissão da Reforma Tributária.

Em nome de Foz do Iguaçu, da região Oeste do Paraná, V. Exa. vai ter, não só a minha solidariedade, mas também a manifestação de que V. Exa., pelas suas ações aqui nesta Casa, jamais poderá ser advertido por não ter moral.

Falei, na semana passada nesta Casa, moral é algo tão subjetivo, que tenho a certeza que nem os seus adversários de outros Partidos, aqui, nem os seus eleitores e nem quem não votou no senhor jamais poderá levantar essa questão moral, em relação a V. Exa., pela coerência que tem mostrado, não só neste mandato, que tive a oportunidade de conviver com V. Exa., mas pela sua história de vida pública que só engrandece o Estado do Paraná.

V. Exa. não é pequeno; é grande nas ações. A coerência de ter sido relator da PEC e permanecido no plenário e votar, mostra mais uma vez que V. Exa. é grande nas ações e jamais seria incoerente de relatar um projeto, ser favorável em um relatório e não permanecer aqui para votar o seu próprio relatório.

**O Sr. Barbosa Neto (PDT)**

Permite-me um aparte?

**(Assentimento)**

Gostaria também de me solidarizar a V. Exa. - não em um duplo sentido e falo com a maior sinceridade do mundo. Tenho dito que V. Exa. foi um professor deste Deputado, pela sua conduta de seriedade, um exemplo que sempre se mostrou de forma muito correta.

Tenho aqui a autorização do Deputado Nelson Justus, que também faz parte da Comissão de Constituição e Justiça. Acabei de ser signatário da moção de desagravo, ao fato que aconteceu a V. Exa. Acho que isso é mais uma folha, mais uma parte que vai acrescentar dentro da sua folha de serviços prestados ao Estado, como uma medalha, mais um troféu. V. Exa. está coberto de razão e sabemos da sua seriedade.

Disputamos votos em vários municípios e nunca recebi nenhuma atitude leviana por parte de V. Exa. e tenho certeza que da minha parte também. Não entenda, aqui, como um ato de tripudiar sobre esse momento difícil que V. Exa. passou, mas nenhum de nós Deputados merece esse tipo de constrangimento. Imagino como tam-



bém me sentiria diante de uma situação como essa e estendo até o comportamento ao Deputado Elton Welter, que também foi vítima do próprio Governador.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Deputado Barbosa Neto, V. Exa. diz que é mais uma experiência, mas foi uma experiência muito dura, porque lá estava com meu filho de dezoito anos. Tenho três filhos e foi um final de semana muito difícil, porque olhar para o meu filho, saber que a vida inteira este pai pregou que tinha que se honesto, sério e decente e depois o filho ouvir o que ouviu! Ele veio e perguntou, na viagem de Arapongas para Ibiporã: pai, o senhor ainda quer continuar como político? O senhor acha que política vale a pena? O senhor acha que esse processo muda ou sempre aqueles que têm o poder vão continuar tripudiando?

Essa foi a fala de um garoto de dezoito anos.

Então, não foi um bom momento de vida, Deputado Barbosa Neto, porque foi um final de semana muito difícil. E eu nunca ansiei tanto, nunca valorizei tanto este espaço que estou agora. Nunca! Nunca achei que este espaço fosse tão importante. Sabia que era importante, mas não como hoje, porque na hora que tive que me defender de uma acusação caluniosa, não tive o direito de usar o microfone. Nunca achei que este espaço fosse tão valoroso e digo hoje àqueles que não tiveram, que não experimentaram essa situação: este espaço é nobre e precisamos saber fazer da nobreza deste espaço a conduta das nossas vidas, enquanto homem público e enquanto representante de um Poder. Não podemos, aqui, simplesmente nos acocorarmos e os senhores e senhoras vão me ver votando com o Governo, porque tenho Partido. Agora, não me cabrestam nunca! Não. Isso, jamais! É por isso, só por isso, que tenho coragem de voltar e enfrentar minha família.

Fui hoje à casa de meu pai, logo pela manhã, porque ele estava aflito, porque viu no jornal. Não lhe disse nada sábado e nem no domingo, mas quando eu disse, ele, que é um homem de quase oitenta anos, por quem tenho muito amor, disse: vá com cuidado. A prudência é sempre o melhor remédio para essas horas. E também recebi o mesmo conselho do Anibelli. Mas, se não tivermos condições de reagir e de mostrar que não se dobra pela força e pelo autoritarismo, seremos esmagados e não teremos condições de enfrentar o eleitor, a sociedade, a família, os amigos de forma alguma. Só por essa razão temos condições de enfrentar.

Concedo um breve aparte ao Deputado Elio Rusch.

#### O Sr. Elio Rusch (PFL)

Deputado José Maria, conhecia V. Exa. não pessoalmente; conhecia-o através da mídia, da imprensa, quando V. Exa. foi Prefeito.

Tive o prazer e o privilégio de conviver com V. Exa. aqui na Assembléia Legislativa. V. Exa. na Oposição e eu no Governo, e sempre coerente com seus atos. Agora V. Exa. é Governo e eu Oposição e sempre coe-

rente com seus atos. Participamos da CPI da Reforma Agrária; da Comissão de Finanças, e nunca V. Exa. teve qualquer deslize na questão da administração pública moral ou mesmo na conduta de um homem público. Quero ser solidário com V. Exa. Sou suspeito em falar, porque na verdade, sou Oposição ao Governo, mas não quero falar como Deputado, quero falar como cidadão, como seu amigo, porque o cargo que exercemos é passageiro, tudo passa na vida. Mas, amanhã ou depois, V. Exa., como eu, não mais detentor do cargo de Deputado, seremos apenas cidadãos, o senhor poderá sempre contar com a minha amizade, com o meu companheirismo, quer seja, onde V. Exa. esteja, em qualquer Partido, e eu também, talvez em nenhum.

Mas, vamos ficar morando aqui no Paraná, os nossos atos que realizamos vão permanecer. Acho que V. Exa., que ocupa a tribuna agora, chegou às lágrimas, isso expressa exatamente o seu sentimento e a sua honra que tem sido atingida. Também já fui atingido, não por um homem público, mas pela mídia e só eu sei o quanto sofri. E quem me consolou, naquela ocasião, foi o Ministro Alcení Guerra, que me disse: "Elio, a vida dá voltas. Eu sei o quanto sofri, os meus filhos sofreram quando eu fui Ministro, e quando eles estavam na sala de aula. Quanta coisa passou na minha cabeça".

Eu diria para V. Exa. o seguinte, Deputado José Maria, uma frase que não é deste Deputado, mas que já conhecemos por muitas vezes: as dificuldades abatem os fracos; aos fortes elas fortalecem. V. Exa. é forte.

Conte com o meu apoio e com a minha solidariedade.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Muito obrigado!

Só para concluir a minha fala, quero agradecer à solidariedade, à disposição que tive de muitos membros do Governo que lá estavam, ligando, muitas das lideranças jovens que foram buscar o meu telefone para poderem dizer da insatisfação com aquilo que aconteceu.

E quero reparar mais um detalhe aqui, não houve nenhum confronto pessoal, nenhum esforço físico, não, ninguém saiu machucado, porque até não era esse o objetivo. E dizer que as pessoas que têm o cérebro no estômago, que é a região mais nervosa que o homem tem, e no raciocínio a ruminância, não serve para alguns cargos que precisam de tolerância, que precisam de equilíbrio e que precisam, sobretudo, de sabedoria de vida.

Muito obrigado!

### ***Horário das Lideranças:***

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário das Lideranças: Bloco PP/PSB.

**(Declina)**

Bloco PTB/PL/PMR. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

## ***Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto***

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Deputado José Maria Ferreira, acabei de ouvir o seu pronunciamento, estava alheio a essa confusão toda em função das confusões que eu me encontro, mas quero dar a minha solidariedade a V. Exa. e dizer que na próxima Sessão, em que vamos votar o nepotismo pela segunda vez, eu vou votar a favor, junto com o senhor, em homenagem a V. Exa. O senhor terá o meu apoio. Em solidariedade a V. Exa. Eu, que na semana passada tive que sumir deste plenário, por indicação da Bancada do Governo, porque sempre somos companheiros dos companheiros, e V. Exa. tem sido um grande companheiro: Em homenagem a V. Exa. vou votar, é uma rica homenagem ao que o senhor passou. Já assinei o ato de desagravo proposto e o senhor tem a minha solidariedade, tem o meu apoio, porque quem tem sentimento, sente o sentimento do companheiro. O senhor tem o nosso apoio.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou me reportar hoje a uma notícia veiculada no fim de semana pela imprensa, e que culminou com algumas desinformações por parte de alguns setores da imprensa, que não sei se são colocadas por alguém, alguém coloca as notícias, aquele chamado implante de notícia. Inclusive, lia hoje o jornalista famoso do Paraná dizendo que o nosso mandato já estava cassado e assim por diante.

Eu só lamento que os nobres jornalistas que escrevem, não procurem a fonte antes de colocar uma notícia.

Hoje pela manhã, vendo alguns jornais, víamos a desinformação em relação a este episódio. A verdade é que, em 1999, quando Prefeito de Ponta Grossa, nós acabamos, liberando uma verba de cem mil reais à Santa Casa que passava por um momento terrível - havia explodido o setor de esterilização daquela instituição e a Santa Casa não teria condições de continuar tocando aquele hospital, que é um pólo regional, se não tivesse recursos para fazer aquele investimento. Imediatamente fomos à Santa Casa e entregamos um cheque de cem mil reais. Em cima deste cheque e em cima da questão de dotação orçamentária em que o Prefeito (para quem já foi Prefeito sabe o que é a peça orçamentária e os Srs. Deputados sabem disso), cumpre se tiver recursos e se a questão financeira da Prefeitura se mantiver original como é aquilo que determina a peça orçamentária.

Então, quando há destinada uma verba para uma instituição não quer dizer que o Prefeito, necessariamente, tenha que cumprir. Ele cumpre de acordo com as condições financeiras da Prefeitura. E isto embasou uma ação do Ministério Público que era uma obrigação minha repassar os quarenta mil reais, mais os sessenta que na sequência nós fizemos uma suplementação de verba e mandamos cem mil reais à Santa Casa. Como o Ministério Público não achou nada de errado na questão de remeter o dinheiro à Santa Casa, foi buscar a promoção

pessoal e pasmem os senhores, é o único caso no país, não há nenhum outro, atenção senhores da imprensa, escrevam isto, não existe nenhum caso no país de um político condenado porque mandou dinheiro para salvar vidas. Tem, sim, de políticos que não cumpriram o que determina a lei no que se refere ao dinheiro mínimo necessário para investimentos na questão de saúde.

Mas, fico muito feliz, porque hoje, faria tudo de novo, mandaria os cem mil. Gostaria até de ter o mandato cassado se for necessário, mas jamais quero que alguém diga que deixei morrer alguém por falta de investimentos que não tenha colocado numa instituição. Estou muito tranquilo, já remeti ao STJ um agravo, espero que seja recebido, e enquanto não for recebido existe um artigo na lei, e é importante que a imprensa saiba disto, da Lei nº 8429/92, artigo 20, que diz que enquanto não for transitado em julgado ninguém perde mandato nenhum.

Então, isto é um alerta àqueles membros da imprensa que precisam pelo menos buscar assessorias em suas redações para saber que escreveram, porque isso pode ser calúnia, pode ser implante de notícia ou má-fé de quem escreveu.

Quero deixar bem claro este posicionamento e dizer que estou muito tranquilo, que mandei cem mil reais para salvar vidas. Todo mundo leva cheque, o Governador leva, o Presidente leva, todo mundo entrega cheque. Agora, sou escolhido e o Judiciário do Paraná entende que estou errado ao fazer isso. Mas, se um dia a justiça daqui faltar, a divina não vai faltar e tenho certeza que o Homem lá de cima está satisfeito comigo como agente político, porque o que fiz foi salvar vidas, somente isto. Se tiver que perder o mandato, não tem problema. Eu fico muito feliz de ter passado por esta Casa, de ter feito as minhas coisas, de ter feito coisas boas, de ter feito coisas erradas, todo mundo erra, quem não erra? Mas, o mais importante, como disse o Deputado José Maria, quando falou do seu filho, para mim foi um final de semana difícil também, porque tenho uma filha que inclusive estuda Direito e foi difícil explicar para ela como o Poder Judiciário do Paraná fez esta sentença. Eu disse a ela: “Continue estudando para que um dia, quando você tiver condições, quem sabe seja uma juíza, seja uma promotora, analise melhor os fatos e dê uma sentença justa e não uma sentença como essa”.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Carlos Simões.

**O Sr. Carlos Simões (PTB)**

Deputado Jocelito: primeiro a minha solidariedade pessoal, e como Deputado do PTB do Paraná, saudando-lhe dizer que somos solidários à sua causa. Uso aqui uma frase do Deputado Rafael Greca que diz: “Não pode o concursado cassar o eleito.” Tenho certeza que o Superior Tribunal de Justiça, órgão de Brasília que atende direito no Direito, na causa processual e não no mérito da questão, tenho certeza que no Brasil que vivemos, temos Justiça ainda. Em Brasília haverá magistrados que irão lhe dar como vencedor nessa causa, até porque o senhor, não

cometeu nenhum ato improbo; não roubou, não pegou este dinheiro, repassou para uma causa emergencial que salvou vidas em Ponta Grossa.

Nosso carinho e nossa solidariedade.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Um dos momentos da sentença que achei uma pérola, é quando o magistrado disse - “O Prefeito não disse de onde estava mandando o recurso, não explicou de onde estavam saindo os cem mil reais.” Aí eu estava me lembrando de uma coisa, daquele jacuzão, bem lá no interior... o que o Prefeito levou à Santa Casa foi um cheque, o cheque não era meu, o cheque era da Prefeitura, Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Então, quem mandou o dinheiro foi a Prefeitura de Ponta Grossa, não fui eu, Jocelito Canto, na época Prefeito.

Concedo o aparte ao Deputado Scarpellini.

#### O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Apenas para me solidarizar com V. Exa. e dizer que a Lei nº 8429/92 a tal lei de improbidade administrativa, vai ser aplicada contra funcionários públicos mas não contra o agente político. Essa é a decisão que o Supremo Tribunal já está tomando, já está no sétimo voto e o Ministro Joaquim Barbosa, que levou o processo para Casa, já o devolveu, depois de dois meses e meio e vai, em Sessão, agora nesta semana ou na próxima, dar a continuidade aplicando o seu voto. Mesmo que ele vote contra, ainda serão seis votos contra dois, num colegiado de onze, faltando daí apenas mais dois e não vai alterar o resultado. Com isso o processo que foi movido contra V. Exa., baseado na Lei nº 8.429/92 vai cair e vai ter que ser iniciado outro pela Lei de Responsabilidade Administrativa que uma delas é do Governo do saudoso Presidente Getúlio Vargas e a outra lei existente, de Responsabilidade Administrativa de Prefeito e Vereadores vem, através do Decreto-Lei 201/67. Portanto, vai se iniciar novamente e esse processo contra V. Exa. será anulado, com certeza vai usar, o Ministério Público, peças dele para se iniciar um procedimento jurídico novo.

V. Exa. pode ter certeza que com embargos de declaração que V. Exa. está oferecendo, a suspensão de direitos políticos, no seu caso, é a partir da data da propositura da ação e a mesma é de 2.000. Então, a suspensão dos direitos políticos é a partir de 2.000, três anos, se for o caso, porque a pena é em concreto e V. Exa. então não terá como ter o seu mandato cassado aqui na Assembleia Legislativa do Paraná, nem V. Exa. nem o Deputado Rafael Greca de Macedo que também responde a um procedimento relativamente parecido com esse, com base na Lei de Improbidade que é a Lei nº 8.429/92 que está caindo lá no Supremo, já tem seis votos derrubando a aplicabilidade da Lei 8429 contra o agente político, o Deputado, o Prefeito, o Vereador, o Ministro. Ela só será aplicável contra funcionário público e nunca contra o agente político. É o que o Supremo Tribunal já entendeu e que falta agora apenas o encerramento da Sessão e a

lavratura do acórdão que vai se dar daqui a alguns dias. Então, V. Exa. pode ficar tranquilo que não haverá a suspensão dos seus direitos políticos com base nesse procedimento jurídico movido pela justiça lá em Ponta Grossa e com a confirmação, aqui, no Tribunal. E com o recurso que foi, porque tudo isso vai cair.

Muito obrigado, Deputado.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Ao encerrar, queria agradecer a solidariedade dos companheiros e parte da imprensa, que nem toda imprensa escreve errado, tem parte da imprensa que é séria e escreve nas linhas corretas, a esta imprensa a minha saudação e o meu respeito. Porque o importante é escrever o que é correto e não o que os outros estão dizendo.

Pode ter certeza que vamos continuar trabalhando com muita dedicação, com muito esforço, não vamos interromper em nada, vamos continuar nos dedicando e fazendo tudo aquilo que sempre fizemos. E vamos aguardar a decisão de Brasília, desse agravo. Entendemos que não fizemos nada de errado. Apenas transferimos cem mil reais para a Santa Casa. Tem Santa Casa por aí que fechou. Não foi em Foz do Iguaçu, que estava com problemas? Ponta Grossa não fechou, porque nós agimos, levamos os recursos.

#### O Sr. André Vargas (PT) (Aparte)

Outro dia o ex-Deputado Péricles me ligou, V. Exa. o conhece, já foram adversários políticos. E ele me falou que me marcou e queria repetir, não estando ele aqui ainda, porque ele provavelmente volta para esta Casa no ano que vem, se as urnas lhe favorecerem: que era uma grande injustiça o que estava se cometendo com o Deputado Jocelito Canto. Ser condenado por transferir cem mil reais para uma entidade é um acinte. Neste país tem gente querendo livrar criminosos de crimes hediondos da cadeia e alguém por liberar cem mil reais... Como aconteceu também com o Deputado Greca. Nossa solidariedade e também transmito a solidariedade do ex-Deputado Péricles.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encerrar, só para dizer que sempre fui radialista ao longo desses 24 anos. Acho que mais radialista que político, minha vida se baseia no rádio. E eu, depois de ler esta sentença, comecei a estudar o processo, não sou advogado, mas achei coisas impressionantes no processo e passei a fazer um processo de investigação em cima de tudo o que está acontecendo. E na sequência, vou trazer a esta Casa algumas sentenças, algumas decisões, vou usar aquilo que eu sempre tive de bom, o lado da investigação como radialista e ao longo de 24 anos acumulado com essa experiência que tenho, vou trazer novidades sobre esta caso e aí é que muita gente vai ficar surpresa! E pode ter certeza que vou ter coragem de mostrar, porque acho que há momentos em que o homem tem

que ter coragem de tomar as decisões, nem que comprometa até o seu cargo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário do PPS. Sr. Deputado Marcos Isfer.

### ***Liderança do PPS: Deputado Marcos Isfer***

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para trazer ao conhecimento da Assembléia um grave fato ocorrido nesta manhã, no município de General Carneiro. Acampados do movimento sem-terra, ali na área do Zatar, seqüestraram um ônibus escolar, dirigiram-se à Prefeitura Municipal, invadiram e estão acampados dentro e em cima do prédio da Prefeitura Municipal. Sabemos das dificuldades que muitas vezes passam aqueles que militam no Movimento dos Sem-Terra, mas nada justifica a invasão de um prédio público, principalmente com um Prefeito como o Juarez, de General Carneiro que tem atendido às reivindicações daqueles acampamentos, como bem sabem a Deputada Luciana e o Deputado Pedro Ivo que, sistematicamente têm dado atenção a este movimento.

É muito importante, neste momento, que o Líder do Governo, o Deputado Vanderlei Iensen que aqui se apresenta, já solicite ao Sr. Governador do Estado autorização da Polícia Militar para que ela possa agir e desocupar o prédio da Prefeitura Municipal.

O grande temor daquele município é que esses acampados que estão armados de foice, de espingardas, acabem destruindo o prédio da Prefeitura de um município que tem tantas dificuldades para gerir os seus recursos. Que tem dificuldade de arrecadação e que, após o fato ocorrer de quebra de vidros, vai acabar ficando numa situação bastante difícil.

Estamos pedindo a providência do Governo do Estado, através do Governador, porque a Polícia Militar já informou ao Prefeito, que só age sob ordem do Sr. Governador.

Então, é importante que o Governo ordene à Polícia Militar, o juiz já está tomando as providências jurídicas todas, porque é lamentável que, depois de praticamente três anos de Governo Lula, esses fatos continuem se repetindo. É lamentável que o Movimento dos Sem-Terra continue tomando atitudes como estas que demonstram claramente que nem o Ministério do Desenvolvimento Agrário funciona e tampouco as ações que eles reclamam, de apoio para desenvolver os seus assentamentos. É lamentável que neste momento, passem à invasão de prédios públicos, porque estes nada mais são do que patrimônio de todos. Como bem diz o Deputado Scarpellini, isto é de todos. É muito importante, e pediria aos Deputados do PT que porventura tenham ligação também com esses movimentos, com a Liderança desses

movimentos, que entrassem em contato com esses líderes e pedissem a imediata desocupação da Prefeitura Municipal.

Nós, sistematicamente, temos visto ações deploráveis do Movimento dos Sem-Terra. Ações deploráveis quando destroem laboratórios, ações deploráveis quando invadem áreas como da Syngenta e não é por aí. Tenho certeza que se quiserem chamar a atenção, tenho certeza que se desejam fazer com que a população brasileira se atente para uma reforma agrária, não é dessa forma que irão conseguir. Não é destruindo o progresso, não é destruindo o científico, não é destruindo o que é público, que vão ter um ganho ou uma simpatia da população pela sua causa. É, sim reivindicando aonde devem reivindicar, no Congresso Nacional, dentro do Governo Lula, reivindicando ao Governador Requião que lhes dá cobertura nas suas ações, como fez recentemente com a Via Campesina, quando alocou a Via Campesina, aqui no Parque Newton Freire Maia, inclusive procedendo à reforma daquele Parque para que pudessem ficar bem instalados aqueles da Via Campesina que lá estavam, fornecendo-lhes alimentação. Sabemos que o custo disso foi bastante alto, mas achamos que o Governo do Estado sabia o que estava fazendo ao fornecer alimentação, ao fornecer esse tipo de apoio à Via Campesina.

Não podemos entender que neste momento, uma Prefeitura Municipal, um prédio público esteja invadido, sem que haja, por parte do Governo do Estado, por parte do PT, uma ação de tentativa de retirada, antes que o mal maior seja perpetrado contra o bem público.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao PFL.

Concedo a Palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

### ***Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

“Chega de Brincadeiras!

Há alguns meses atrás, após o apelo da comunidade por um basta à violência, Ponta Grossa recebeu uma força-tarefa designada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, que por cerca de quinze dias tornou a cidade uma das mais tranquilas do país. A simples presença de um grande número de policiais nas ruas inibiu os criminosos, permitindo aos pontagrossenses maior sensação de segurança.

Pena, entretanto, que esta investida contra os bandidos foi passageira. Para não dizer fantasiosa. Começou com dia e hora para terminar. E enquanto os policiais, arregimentados em diversas regiões do Estado, voltavam para suas bases, os criminosos foram, imediatamente, reocupando os seus postos na cidade.

O crescimento da criminalidade em Ponta Grossa é vertiginoso. Casos recentes reavivam o medo nos cidadãos de bem. E o que mais espanta são as garras afiadas do tráfico de drogas. Elas aparecem nos arrombamentos, nos assaltos, nos assassinatos, em todos os tipos de crimes.

Foi o tráfico que, no dia 27 de março, executou Joel Bueno, 34 anos, em plena luz do dia, no trevo do bairro Santa Mônica. Foi o tráfico que “embalou”. com crack, as facadas do rapaz que assassinou Joel Andrade, na madrugada do dia 16 de março, na rodoviária. Também por causa do tráfico o estudante Allan Willian Vieira, treze anos, foi encontrado morto, no dia 1º de março, na Vila Santa Tereza. Esse mesmo tráfico, que corrompe, abusa sexualmente e mata crianças, exibe um poder de fogo assustador, de dar inveja às polícias. Granadas, pistolas, revólveres, carregadores, silenciadores e até uma submetralhadora UZI, do Exército de Israel - apreendidos com uma quadrilha, no dia 28 de março - são uma amostra de que a realidade das favelas do Rio de Janeiro e São Paulo está presente na outrora pacata e tranqüila Ponta Grossa.

O que faz o Governador para reverter o problema? Nas últimas duas semanas o Governo do Estado deu dois sonoros “não” a Ponta Grossa. Recusou-se a liberar cem mil para construção de mais oito celas (32 vagas) no Presídio Hildebrando de Souza, que hoje comporta 260 presos em 122 vagas, impedindo, inclusive, a Polícia de cumprir os mandados de prisão de mais de 1,5 mil criminosos que continuam soltos nas ruas. O mesmo governo também visou que não mandará os cem novos policiais militares que deveriam reforçar o efetivo de Ponta Grossa.

No caso das crianças, a estrutura de atendimento disponibilizada pelo Poder público é insuficiente. Tanto no sentido de gerar oportunidades para a formação de novos cidadãos, quanto na ressocialização daqueles que, já na infância, caíram no abismo do crime.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero fazer um chamado ao Governo do Estado do Paraná, que tem gasto dinheiro em mídia mostrando que o problema de segurança pública, no Paraná, em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais vai muito bem, mas os números da criminalidade mostram que tudo isso não é verdade. Governador, atenda a nossa Ponta Grossa, o problema da segurança pública vai muito mal!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao PT. Deputado André Vargas.

### ***Liderança do PT: Deputado André Vargas***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. Deputados, Sras. Deputadas.

Volto nesta tribuna ainda hoje, para fazer uma reflexão, não como Presidente, nem como Vice-Líder do

PT, porque a minha Bancada ainda vai discutir as consequências do episódio de Nova Laranjeiras, mas em função da correria, não tinha tomado conhecimento do que aconteceu com o Deputado José Maria.

Volto a me dirigir a V. Exa. para fazer uma reflexão sobre o que esta Casa está sofrendo nesses últimos dias. Querem nos desmoralizar, atacar um Parlamentar, como o Deputado José Maria Ferreira, há quem goste e quem não goste, e é da democracia, mas um Deputado que tem qualificação, que se debruça, que analisa. Da forma como eu li aqui neste jornal, não é um ataque ao Deputado José Maria, amanhã será um de vocês, amanhã será qualquer um de nós. Se isso não servir de uma reflexão profunda, independente de quem é Oposição, Situação, mas o caráter do Parlamento e também o caráter que devem estar imbuídas as pessoas, sejam homens ou mulheres, quando disputam eleição. Se isso que aconteceu aqui - vi o Deputado José Maria se emocionar quando foi agredido - se isso não servir de alerta para nós, principalmente para a Mesa Executiva desta Casa, não sei do que valerão os discursos, não sei do que valerão os posicionamentos, nem mesmo os votos, porque estamos sendo atacados pela nossa posição política. Deveríamos convocar para cá o Secretário Maurício Requião, para que ele pedisse desculpas a este Parlamento.

Não se chama de picareta, não se chama de imoralidade um projeto dessa magnitude, que está sendo discutido e votado nesta Casa. A minha indignação se refere à forma, parece que displicente, que estamos encarando um fato de uma gravidade tal, porque amanhã será o Miltinho Pupio, Ratinho Júnior, Scarpellini, Arlete, sem limite de Partido, a Deputada Elza Correia, o Deputado Mauro Moraes, Vanderlei Iensen, Strapasson, Caíto Quintana.

Não é possível que vamos ter permanentemente a mesma opinião do que a cabeça de um homem só, que pretende conduzir o destino deste Estado e continuar conduzindo. Não é possível que nós não nos sintamos indignados com isso que está acontecendo. Que a gente pense assim: não é comigo; não é hoje, vai ser amanhã. Nós não podemos virar ratos, não podemos baixar a crista. Temos que ter dignidade, não é possível que se faça isso aqui e fique por isso mesmo, independente de Partido.

### **O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

Acredito que esse processo não é de hoje. Vem sendo propositadamente tentado ser feito de uma forma emocional, irracional, diria que irresponsável. Respeitamos todos os Deputados desta Casa. A votação que foi feita e conduzida pelo Presidente Hermas Brandão foi feita com serenidade, não há ataques pessoais a quem quer que seja pela posição que tenha tido. Tenho ouvido, muitas vezes, algumas afirmações que são absolutamente inverídicas, não sei se por desconhecimento ou por má-fé, mas são absolutamente inverídicas. E eu diria mais: hoje, Deputado André Vargas, cria-se - e eu não entendo exatamente o porquê - mas, cria-se constrangimento. Não com esta Casa, que tem tido a grandeza de votar aquilo

que acha correto, e inclusive na maioria absoluta dos projetos mandados pelo Executivo; está aqui o Deputado Iensen, que foi Secretário do Governador Roberto Requião e pode confirmar isto. O que me parece absurdo é que se constanja, hoje, o Secretário Maurício Requião. O que está se fazendo é isto. Está-se criando, por parte do Palácio Iguazu, um constrangimento, e sendo aceito pelo Secretário de Estado. Não é possível que alguém acredite que esta Casa se daria ao trabalho de votar projeto que tem o alcance de dez mil pessoas, que se pretenda alcançar nos próximos dez, vinte, trinta anos na Constituição Estadual, e que tenha como objetivo uma única pessoa. Isto é uma arrogância, de uma pretensão e de um obscurantismo que nós não vimos ainda. É muito pobre. É muito pobre fazer um debate neste nível.

Então, quero corroborar com suas palavras. Acho que o Deputado José Maria teve a tranquilidade de várias vezes afirmar que nós o indicamos, a Comissão o indicou. E ele fez aquilo que deveria fazer. Como, aliás, todos os Partidos fazem, Não por causa do Deputado José Maria, mas como qualquer Parlamentar, não pode sofrer os ataques e nós ficamos achando que isto é natural.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Agradeço o aparte do Deputado Tadeu Veneri.

Sr. Presidente, quero apenas repetir o que está aqui, entre aspas, no jornal Tribuna do Norte, um jornal de credibilidade, como todos sabem. “Não é uma emenda, diz o Secretário Maurício Requião, é uma encomenda, uma atitude mesquinha, traiçoeira e eleitoreira”.

Estou aqui falando para o Deputado Tadeu Veneri, quarenta Deputados que votaram: mesquinhos, traiçoeiros e eleitores. “Ah, não falaram para mim, não falaram do André ou do Edson”, até porque o Deputado Edson foi atacado pelas costas, aqui! Ficou por isto mesmo. Tem que processar! Tem que responder na justiça!

Ao final, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Vanderlei Iensen, diz aqui, num outro julgamento: “Mudam de Partido como se muda de camisa, de cueca e de calcinha; são políticos malandros e safados”.

É isso. E isso. Nós vamos ter que escolher, ainda. E está chegando a hora. Convocar o Maurício ou não convocar, eu acho que a resposta é simples: semana que vem, montar um projeto, virar a página do tema. No Paraná decresceu a indústria, pelo oitavo mês seguido. E nós estamos discutindo esta polêmica do nepotismo, que é importante, mas a política educacional do Estado tem que ser debatida também.

Esses dias, teve um pacote da agricultura, Deputado Rossoni, que é um opositor ferrenho do Presidente Lula, anunciaram um pacote de dezesseis bilhões e o Requião disse: “Isto é pífio”. Qual foi a política que ele teve, em três anos e três meses, fora ser contra os transgênicos? Qual foi a medida que ele tomou agora? Municípios que precisavam do decreto de emergência ou de calamidade, teve um “parto” o ano passado para conse-

guir, e qual foi a política da agricultura dele? É este o debate! E nós estamos tencionados nessa questão.

Então, Sr. Presidente, entendo que a grande resposta é a serenidade de V. Exa, que tem dado, colocado em pauta este assunto: votarmos, virarmos a página, mas sem perdermos a dignidade. Cuidado, Deputados aliados, ao participar de eventos com o Governador: pode sobrar para V. Exas. e V. Exas. serão tratados como foi tratado o Deputado José Maria. É lamentável.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presença, na Assembléia, do Deputado Federal, Eduardo Sciarra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossas boas-vindas ao Sciarra.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Apenas para deixar registrado o resultado de ontem que consagrou o Paraná Clube novamente como campeão, pela sétima vez, do nosso Estado, que brevemente será homenageado aqui por esta Casa, eu espero.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Queria convidar todos os Deputados para participar amanhã, na parte da manhã, de uma audiência pública da Unicafs. Essa audiência acontece aqui no Plenário a partir das 9h30m. Então fica o convite a todos os Deputados, de uma maneira especial aos Deputados que compõem a Comissão de Agricultura. Estamos fazendo essa audiência pública a pedido da Unicafs, então, estamos encaminhando junto com a Unicafs.

Fica o convite a todos os Deputados desta Casa que queiram participar dessa audiência.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Apenas em homenagem ao Deputado Renato Gaúcho, aqui da Assembléia Legislativa, ele, como bom gaúcho, e eu também que sou da terra dos pampas, dizer ao Renato Gaúcho que o nosso time acaba de se congrega campeão também, que é o Grêmio.

O SR. RENATO GAÚCHO (PDT) (**Pela Ordem**)

Em resposta ao nobre Deputado. Gostaria de parabenizá-lo pelo título conquistado pelo Grêmio, e declarar que algum dia o time haveria de ganhar alguma coisa, porque fazia tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSDB. Deputado Valdir Rossoni.

***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acredito que o Deputado Mauro Moraes não está no plenário, mas estou vendo uma manchete no jornal aqui: “Deputado Mauro Moraes vota contra o nepotismo”. Cuidado Mauro Moraes, o bicho pode pegar.

Presidente Hermas Brandão, eu, esses dias, por uma casualidade, apertando o controle da televisão, caí na TV Educativa, e vejo lá o Governador do Paraná fazendo duras críticas à Assembleia Legislativa sobre a questão da votação do salário-mínimo. Gostaria de alertar a esta Casa, Sr. Presidente, pelo que tenho percebido, há segundas intenções no posicionamento do Governador. O Governador está querendo atribuir a não aprovação do salário-mínimo a esta Casa. Por esta razão, queremos colocar aqui a posição da Bancada da Oposição, somos poucos, espero que aumente agora, até vou marcar uma reunião na semana que vem, pelo que estou vendo pode aumentar, Deputado André Vargas.

Estamos pedindo a V. Exa. que coloque em votação o projeto do Governador, porque esta Casa não pode pagar o preço. Olha, eu já vi esse filme, o Poder Legislativo não tem recursos para investir na mídia, e o maior exemplo é o Congresso Nacional. Em outubro do ano passado o Lula estava afundando, quem foi a grande vítima do Lula? O Congresso Nacional, por incompetência, por inoperância, fez uma convocação sem analisar e pagou o preço que pagou. O que está acontecendo com a nossa Casa é o mesmo. Na viagem do Governador, parece-me que a vítima foi o Elton Welter. O PT foi detonado. Na viagem do Vice-Governador foi detonado um aliado do seu Partido, do PMDB; e agora a próxima vítima será esta Casa. Porque, não tenho dúvida que vai começar a pipocar em toda a imprensa paranaense de que esta Casa, Sr. Presidente, não deseja votar esse projeto. Eu sei que V. Exa. tem levado essa questão com muita seriedade, com muita responsabilidade, porque sabemos que esse projeto tem cunho eleitoral. Porque se o Governador tivesse a intenção de melhorar o salário-mínimo da população que necessita, ele já teve três anos e meio. Sabemos que começou a vigorar o salário-mínimo ainda no Governo FHC e agora que foi lembrado.

O que acontece: estamos às vésperas das eleições, o Poder Legislativo não tem a defesa que tem o Executivo. Não tem os recursos para investir na mídia como tem o Executivo. Não tem a televisão Educativa. Só fala na Educativa o Governo e seus aliados. Estou louco para falar na Educativa e não me deixam. Então, não é uma televisão democrática. É uma televisão que só mostra um lado. E estão usando a TV Educativa contra esta Casa. A próxima vítima será o Presidente Hermas Brandão e depois esta Casa.

Por esta razão que Bancada de Oposição vai encaminhar, no dia de amanhã, um pedido de urgência para esse projeto, porque não queremos pagar este preço. O Governo está sendo oportunista, eleitoral. Lembrou, depois de três anos e meio de Governo, que existe salário-mínimo e não podemos deixar que isso recaia nesta Casa.

Concedo um aparte ao Deputado Natálio Stica.

#### **O Sr. Natálio Stica (PT)**

Quero dizer que fico feliz com seu pronunciamento. Com certeza nos somamos a ele no sentido de pedir para que o Presidente coloque em votação, o mais rápido possível, o projeto. Independente de seu questionamento, se é ou não demagogia, entendo que é um bom projeto que vem ao encontro do interesse da classe trabalhadora, principalmente a de baixo nível salarial.

Portanto, é de grande interesse que a Assembleia Legislativa aprove o salário-mínimo estipulado nessa mensagem.

Quero me somar e dizer que estaremos aqui ávidos para votar esse projeto.

E encerro lembrando V. Exa. que em Brasília foi feita a convocação extraordinária para votar o orçamento. E lamentavelmente até hoje não foi votado ainda. O Presidente Lula está governando na marra, porque não tem ainda um orçamento para este país.

Muito obrigado.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Quanto a não votação do orçamento do Governo Lula é ignorância a incompetência do Governo.

Já fui Líder do Governo e V. Exa. também já foi. E sabemos que o Líder do Governo vota o orçamento na hora que bem entender.

Aí o Congresso Nacional comete um erro novamente, porque o Governo Lula vai atribuir ao que ele não vai fazer, a não aprovação do orçamento. Se sou Deputado Federal, estaria exigindo a votação do orçamento. Por quê? Porque vou pagar um preço pela inoperância de alguém. Então, acredito que, Brasília segue algumas pessoas e não enxergue.

Essa questão do salário-mínimo, estou vendo desta maneira: se nós protelarmos a votação, daqui a pouco vamos ter uma campanha aberta contra a Assembleia Legislativa e nós vamos pagar o preço. Por isso, estou fazendo o alerta. Eu sei como está sendo conduzido. O Presidente Hermas Brandão está ouvindo todos os setores da sociedade. É uma questão que pode trazer até desemprego. De um lado pode trazer vantagem a alguns setores e de outro pode trazer dificuldades a outros, mas não podemos, de forma nenhuma, assumir essa responsabilidade.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Permite uma aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Obrigado, Deputado Valdir Rossoni.

Apenas quero lhe adiantar que a Bancada do PT assina o requerimento de urgência urgentíssima como V. Exa., para que a audiência pública que o Presidente da Assembleia está querendo marcar com as centrais sindicais não passe da próxima semana, da próxima terça-feira, para que mesmo na terça-feira coloquemos o projeto em discussão, no período da tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para informar a V. Exa. de que esta Presidência já fez um cronograma e não vai fugir dele.

Nós vamos começar a convocar as entidades a partir de segunda-feira. Eu quero a posição oficial de cada entidade, aqui. Estou cansado de ouvir manifestações e, depois, mandam uma carta mudando de posição. Quero, aqui, a posição oficial, não só da CUT, não só da Força Sindical, mas quero da FIEP, da FAEP, da Ocepar.

Nós temos um cronograma e não é o regime de urgência que V. Exa. irá apresentar, amanhã, que vai mudar esse cronograma.

Já fizemos, já anunciamos à imprensa semana passada. A partir de segunda-feira da próxima semana estaremos ouvindo as entidades.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Recebi uma informação de que o regime de urgência já foi aprovado. Não estou entendendo. Vão fazer mais um regime de urgência para o mesmo projeto?

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Urgência urgentíssima, Deputado Iensen.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O cronograma vai ser cumprido. Enquanto Presidente desta Casa, o cronograma que estabelece vai ser mantido.

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Presidente, acredito que V. Exa., com a mesma firmeza que estabeleceu um cronograma, sendo Chefe do Poder Legislativo, tem toda autoridade para falar com o Chefe do Poder Executivo.

Não é possível que o Governador use de demagogia jogando a população paranaense contra este Poder e, principalmente, com o nosso dinheiro, porque eu também pago a TV Educativa. Eu pago meus impostos e é por meio dos meus impostos que oportuniza ao Governador ter essa televisão. Então, como Chefe do Poder, concordo com V. Exa. em estabelecer um calendário, mas também faço um pedido a V. Exa.: que o Governador se atenha a esse cronograma, respeite-o, senão vamos exigir do Governador um espaço na TV Educativa para nos defender.

Acho que seria democrático que ele levasse um Deputado seu, um Deputado de Oposição e V. Exa., para que chegássemos lá e esclarecêssemos à população, porque a população menos avisada, menos informada, quando vê o Governador falando, atribui a nós a culpa de não aprovarmos o salário-mínimo.

Precisamos ter a oportunidade, Presidente Hermas Brandão, de dizer na televisão que o Governador teve três anos e meio para votar esse salário-mínimo e não lembrou disso. Agora, neste ano que tem eleição, vem o projeto, e aí deduzimos que é devido à eleição o esquecimento desses três anos e meio.

Sr. Presidente, espero que V. Exa. entenda. V. Exa. é um dos grandes Líderes do PSDB, mas é importante que essa conta não seja paga pela Assembléia Legislativa, que é o Poder mais aberto desta Nação. Por isso é que estou nesta tribuna.

Também gostaria, Sr. Presidente, até como exemplo...

Uso o horário da Liderança da Oposição, Sr. Presidente.

### ***Passa a usar o Horário da Liderança da Oposição***

Sr. Presidente, porque o exemplo está aí. É o caso da lei do nepotismo. Deputado Mauro Moraes, esconda o jornal, V. Exa. votou contra o nepotismo, vai entrar na chibata também.

Sr. Presidente, o exemplo está na questão do nepotismo. O que acontece? O Governador achou que o Presidente Hermas Brandão não colocaria em votação a questão do nepotismo. Acontece que ele colocou. Quando colocou, começou a vir o projeto do Governo. Porque, é claro que só falar em nepotismo pega mal.

Quero dizer ao Deputado José Maria, a irritação do Secretário da Educação é porque a lei lhe pegou desprevenido. Quero dizer aos Deputados do PT, eu tenho avisado: o Governador, em muitas oportunidades, arregimenta os seus aliados na chibata e nós ficamos aqui dizendo amém. Tem muitos adversários aqui que são mais bem tratados do que os seus aliados.

Então, não vamos esquecer de que agora está se aproximando a eleição e no ano que vem volta-se ao normal. Quem é Rossoni, é Rossoni, quem é Requião, vai continuar sendo Requião. Quem tem o costume de arregimentar os seus aliados na chibata, vai ser na chibata. Porque esse é o velho costume. No ano que vem não tem mais reeleição. Tudo volta ao normal. Aqueles Prefeitos que não foram recebidos por dois anos, e que foram embora na última eleição ou que não se reelegeram ou que terminaram o mandato, eles nunca foram recebidos pelo Governador. Agora, este ano, está um Governo de bondade. Não está muito bondoso com a Bancada do PT, porque infelizmente a Bancada do PT está pagando um preço por ser PT. Ele esqueceu que vocês ganharam a eleição de Governador para ele. Agora, vocês são a bola da vez. Quando ele assumiu o Governo, a bola da vez éramos nós.

Então, não me iludo. Não quero ser V. Exas. amanhã. Não quero sofrer amanhã o que vocês estão sofrendo hoje. Por isso, esta minha luta, esta minha posição. Por isso, esta minha advertência, porque é muita responsabilidade, neste momento, para conduzirmos esse pré-início de campanha eleitoral.

Obrigado, Sr. Presidente. Era isso que tinha a falar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em relação ainda à questão do projeto de salário, esta Presidência está tendo a tranquilidade e a responsa-



bilidade de votar um projeto de suma importância, ouvindo o segmentos que estão envolvidos. Temos que ouvir os segmentos. Somos representantes de toda a população do Paraná. Não somos representantes exclusivamente de um segmento. Por isso vamos ouvir todos aqui e vamos votar com a maior tranquilidade.

Tenho ouvido no interior e aqui mesmo na Capital, pessoas que são favoráveis e pessoas que são contrárias. Será que não podemos aumentar a informalidade de uma aprovação de um projeto desse? Temos que discutir. O Parlamento é para isto: para discussão. Vamos votar com tranquilidade, fizemos um calendário e vamos cumprir.

**O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (Pela Ordem)**

Só para informar à Casa que esse requerimento de regime de urgência para a mensagem do Governador, já foi aprovado no dia 20 de fevereiro de 2006.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Antes de conceder a palavra ao Deputado Antonio Martins Anibelli, queremos registrar a presença do Prefeito Rogério Paquetti, de Céu Azul; do Vereador Oscar Backes e do Vereador Darcy Borchart.

## ***Liderança do Governo: Deputado Antonio Anibelli***

**O SR. ANTONIO ANIBELLI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É um dia difícil na nossa Casa. Não sei se me reporto ao início da Sessão ou ao final. Mas, como o Deputado Rossoni acabou de falar, vou começar pelo final da Sessão.

Acho que o Governador Roberto Requião não tem recebido Prefeito nenhum este ano. Os Deputados que aqui estão são testemunhas das reuniões, que foram feitas na casa do Governador no ano passado e no ano retrasado, em que os Srs. Deputados levaram Prefeitos de todas as agremiações, para jantar na sua casa, conversar e estreitar relacionamentos.

Eu dizia ao Governador que não levaria os meus Prefeitos a serem indagados - quando me perguntou. Disse-lhe que os meus Prefeitos tinham ido todos com outros Deputados. Virou brincadeira de Deputados - reporto-me ao Deputado Caíto Quintana, que volta a esta Casa - quando o Governador dizia, em tom de brincadeira, que ele já tinha ido buscar Prefeitos no Mato Grosso, em São Paulo. Os Prefeitos foram recebidos, sim, todos pelo Governador.

No Palácio, nas reuniões que os Deputados têm nas audiências e nas Secretarias, os Prefeitos têm estado muito satisfeitos com a atitude do Governador e valorizados pelos nossos Secretários. Convivo com muitos Prefeitos e até Prefeitos que não são meus companheiros e eles reportam com as pessoas que convivem com o Governador, de maneira amistosa, brincalhona, em um espírito que ele vêem no Requião, às vezes batendo

firme. Foi falado em chibatadas. O Governador não é homem de chibata. Mas, é uma maneira de você mostrar que tem que haver respeito ao Sr. Governador.

O Governo passado não era chibata. Sabemos a maneira que o Governador cooptava, talvez em outro estilo. Um Governador que não era um homem presente nos finais de semana no interior. Tinha a sua esposa que foi uma excelente secretária - talvez, o nepotismo também estivesse presente. Mas, são estilos de governar.

Vemos com V. Exa., Sr. Presidente, a maneira com que este Plenário ou os Deputados cobram e o Governador também, a eficiência da votação do salário-mínimo do Estado do Paraná. O salário-mínimo que o Governador, ao iniciar o seu Governo, estabeleceu em quatrocentos reais, para o funcionalismo do Estado do Paraná. Ele vem implantando gradativamente e depois de salvar o Paraná, a Copel, a Sanepar - não pudemos salvar o Banestado e foi por aí afora. Ele foi salvando as categorias, os professores, os engenheiros e, recentemente, a maioria dos funcionários do Estado. Foi recuperando o poder aquisitivo do Estado. Isso faz com que ele venha, depois, a dizer na última reunião da Escolinha, que é um aprendizado a todos nós e um exemplo a ser seguido, pelos próximos Governadores e por outros Governadores do Brasil - ainda faltam algumas categorias, como os delegados de polícia, os procuradores de Estado, três ou quatro que ele não pôde, mas só está esperando a ordem da Secretaria da Fazenda, para poder implantar.

**O Sr. Nereu Moura (PMDB)**

Permite-me um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Anibelli, aproveito o aparte de V. Exa. para dizer ao Deputado Rossoni, que sou Deputado no quarto mandato, sempre pelo PMDB e tenho uma relação respeitosa com o Governador Requião. Jamais, na minha vida pública, fui tratado como capacho ou à chibatada. O nosso relacionamento sempre foi respeitoso. O Governador tem lá suas falhas, seus defeitos, como qualquer ser humano tem, mas creio que as virtudes do Governador Requião são muito superiores aos eventuais defeitos que possui. E está fazendo um grande Governo, está fazendo uma grande gestão, com falhas aqui, falhas ali, mas no geral a população do Paraná tem dado um conceito enorme ao Governador Requião.

Então, acho que se o Governador Requião pudesse superar alguns defeitos que tem e que às vezes acabam prejudicando a sua trajetória, o Governador Requião seria, sim, candidato a Presidente da República, pelo comportamento que tem, pela estatura que tem, pela competência que tem. Então, por exemplo, esse episódio que não foi com o Governador Requião, mas que envolveu o nosso colega Deputado José Maria, para todos nós é doloroso, porque é uma família, e toda vez que há uma briga em uma família, todos sentem, todos saem machucados e temos um grande respeito pelo Deputado José Maria, como temos pelo Secretário Maurício Requião,

que é um grande Secretário de Estado e o Deputado José Maria fez questão de falar isso na própria reunião, no momento em que ocorreu o episódio.

Portanto, quero, aproveitando e agradecendo o aparte de V. Exa., dizer que a nossa relação com o Governador Requião é de respeito e jamais de subalterno ou de pessoa que esteja obedecendo ordens.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Agradeço ao Deputado Nereu Moura, e digo que V. Exa. me clareia! V. Exas. lembram do episódio da eleição do Deputado Nelson Justus com o Deputado Rossoni, que foi um momento difícil para esta Casa também, em que dois companheiros do Governo Jaime Lerner disputavam, com todo o direito, uma eleição em virtude da morte do nosso querido Deputado Anibal Khury. Foi um episódio difícil e toda família briga. Qual de nós, dos nossos companheiros, dentro da nossa família, quem não briga?

Existe diálogo, existe democracia. Nós vimos o Deputado André Vargas, Presidente do PT no Paraná, fazer críticas ao nosso Governador e não são coisas diferentes. Mas, o PT sempre foi respeitado por nós, o PT faz parte do nosso Governo, o PPS fez parte do nosso Governo, os Partidos aliados fazem parte do nosso Governo, pessoas que às vezes não comungam e mais, o PT, quanta briga teve neste Brasil, companheiros do PT, quando o Deputado André Vargas se reporta ao nosso ex-Líder Borba. Será que o PT teve coragem de comprar o Líder da Bancada do PMDB?

Se ele se vendeu, ele foi um corrupto. Mas, pior quem tentou ou comprou o Líder de um Partido da grandeza do PMDB, da figura do Governador Requião, que sempre foi um grande aliado de Lula. E temos nos queixado, sim, da presença do Governo Federal no Paraná. Às vezes, quando fazemos casas populares, elogiamos, mas quando não vem a Lei Kandir, não vêm os repasses, tem sido fraco nas posições, quando às vezes o Lula diz para o Requião que manda fazer e as pessoas não fazem. Isso é difícil e temos que conviver!

O episódio do Deputado José Maria, do Deputado Welter e de outros episódios, isso judia de nós, da nossa Casa, magoa a todos nós. Não queremos ver nenhum Deputado sendo apontado, sendo penalizado, perseguido ou valorizado. Quando o Governador elogiava o Deputado Welter nas suas posições, sabíamos que tinha ciúme dentro do PT, sim, pela valorização do Deputado Welter. Agora, as ocasiões em que você é repreendido, talvez publicamente não, mas dentro do PMDB jovem e aqui foi dito de uma gangue, onde tinha nossos jovens que a escola, o exemplo nosso que eles estão pegando, aprendendo e talvez se espelhando nos seus líderes maiores, principalmente na figura do Governador Requião.

Sentimos, Deputado José Maria, porque V. Exa. representa um grande companheiro nosso, sua esposa foi candidata do nosso Partido, seus filhos pertencem ao nosso Partido. É um episódio lamentável. Nós sentimos

e jamais endossaríamos alguma coisa contra qualquer Deputado, de qualquer Partido, nós temos que ser respeitados. Agora, a roupa suja se lavará em casa, procuraremos acomodar. V. Exa. disse aqui, de viva voz, eu pedi para V. Exa. como seu pai lhe pediu, que V. Exa. tivesse prudência em suas palavras. Isso talvez porque eu sou uma pessoa bem mais velha que V. Exa. e sei que temos que ter paciência, principalmente nas adversidades. Foi um dia difícil, Sr. Presidente, várias queixas, várias lamúrias, várias acusações a nós peemedebistas, nós não podemos devolver com tanta volúpia, o PT nosso aliado de toda hora nesta Casa, e aos Deputados que já fizeram parte da base e hoje não estão. É fim de Governo.

Nós sabemos que sempre foi assim. E pior, daquele governo que não tem o respaldo que o Governador Requião tem da classe política e das bases. Eu tenho certeza, e o Deputado Rossoni já disse ali, que o ano que vem continua. Então, é o prenúncio da vitória do Governador Requião, que, infelizmente, existe na Legislação Federal a reeleição. Se não houvesse a reeleição de Prefeitos, de Governadores, de Presidente da República, o Governador Requião estaria disputando a Presidência da República com toda a sua força, com toda a sua vitalidade, para salvamos o país disso que aí está.

Muito obrigado!

## *Ordem do Dia:*

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

## *Leitura do Expediente:*

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado Nelson Justus, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Projeto de lei de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 683/05, de autoria do Deputado Natálio Stica, autorizando o Poder Executivo a ceder ao município da Lapa, o imóvel que especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO Nº 683/05  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a outorgar ao município da Lapa, a cessão de uso do imóvel situado à Rua Barão do Rio Branco, esquina com a Rua Francisco Braga, com matrícula nº 8.173, do Registro Imóveis daquela Comarca.

Parágrafo Único. A cessão de uso do imóvel destina-se à instalação da Agência de Rendas no município, pelo prazo de vinte (20) anos, podendo ser renovado por acordo entre os contratantes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.04.06.  
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 694/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, concedendo Cidadania Benemérita do Paraná ao Padre Reginaldo Manzotti. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO Nº 694/05  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Padre Reginaldo Manzotti.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.04.06.  
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 752/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 064/05, autorizando o Poder Executivo a doar os imóveis pertencentes ao Estado do Paraná, para o município de Boa Esperança. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO Nº 752/05  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Boa Esperança, os imóveis pertencentes ao Estado do Paraná, localizados na sede daquela municipalidade, constituído pelos lotes de terra nº 09 da quadra 16, com área total de 425,85m e o de nº 01 da quadra 20, com 560,00m, objetivo das matrículas nºs 13.528 e 15.367, respectivamente, ambas do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º desta lei, serão doados à Prefeitura Municipal de Boa Esperança e deverão ser utilizados exclusivamente para funcionamento da Biblioteca Municipal e do Paço Municipal, não podendo ter destinação diversa sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.04.06.  
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 020/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/06, autorizando o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel situado no município de Curitiba, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO Nº 020/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao município de Curitiba, do imóvel constituído de edificação com 405,00m, em terreno com 4.960,00m, localizado na Rua Vereador Nicolau Lange, no Bairro Tarumã, nesta Capital, área esta integrada em área maior, conforme Transcrição das Transmissões sob

nº 12.326, Livro 3-F, da 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de Curitiba, exclusivamente para o funcionamento do Piá Olímpico Yvone Pimentel, ficando a presente cessão revogada, a qualquer momento, em caso de comprovar-se utilização diversa, revertendo o imóvel e benfeitoria ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimento.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.04.06.  
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 032/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, declarando de Utilidade Pública o Instituto Mauro Goulart, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO Nº 032/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Mauro Goulart, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.04.06.  
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

## 2ª Discussão

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, dispondo sobre a obrigatoriedade de Hospitais e Maternidades Públicas e Privadas do Estado do Paraná exigirem a apresentação de certidão de nascimento dos recém-nascidos quando da alta das gestantes e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CDMCA. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 684/05, de autoria do Deputado Natálio Stica. Fica obrigatório para as empresas de energia elétrica, água e esgoto, telefone fixo

e telefonia celular a utilização de informações básicas no Sistema Braille conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 749/05, de autoria do Deputado Nereu Moura, retificando o memorial descritivo das divisas dos municípios limítrofes ao município de Guaraniaçu, criado pela Lei nº 790 de 27.11.51, todos pertencendo à Colônia São João do Sul (limites: rio Piquiri, rio Feio, rio Guarani e rio Izolina Córrego Palmares). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de Plenário, nos seguintes termos:

### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 749/05

Fica alterado o artigo 1º do projeto de lei em epígrafe, com a substituição da redação destacada em negrito, para o texto a seguir também na parte em negrito:

#### **Da redação do projeto original:**

Art. 1º Os novos limites e confrontações no memorial descritivo serão os seguintes:

Norte: pelo rio Piquiri, com os municípios de Altamira do Paraná e Campina da Lagoa;

Leste: pelo rio Feio, estrada municipal de Diamante do Sul, rio Cascudo, rio Banana, BR-277 e rio Guarani com os municípios de Diamante do Sul e Nova Laranjeiras;

Sul: pelo rio Guarani, com o município de Quedas do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu;

Oeste: pelo rio Izolina Córrego Palmeira, BR-277, estrada do Guaporé, por linha seca, córrego Bonito e rio Bandeira com os municípios de Catanduvas; Ibema e Campo Bonito.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### **Para a seguinte redação:**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 790, na parte que tange ao município de Guaraniaçu, I - Limites municipais - Linha de Limites, substituindo integralmente a redação que consta no mesmo, pelo seguinte:

Norte: pelo rio Piquiri, com os municípios de Altamira do Paraná e Campina da Lagoa;

Leste: pelo rio Feio, estrada municipal de Diamante do Sul, rio Cascudo até a sua cabeceira, deste ponto numa linha seca de aproximadamente 4.500 metros, rumo ao sul, por linha seca até encontrar a cabeceira do rio Guarani, segue a jusante a jusante pelo rio Guarani, com os municípios de Diamante do Sul e Nova Laranjeiras;

Sul: pelo rio Guarani, com o município de Quedas do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu;

Oeste: pelo rio Izolina Córrego Palmeira, BR-277, estrada do Guaporé, por linha seca, córrego Bonito e rio Bandeira com os municípios de Catanduvas; Ibema e Campo Bonito.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.04.06.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Reni Pereira e Tadeu Veneri.

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto ora em discussão propõe a alteração do memorial descritivo das divisas do município de Guaraniaçu com os municípios limítrofes deste. No entanto, ao alterar as divisas do município de Guaraniaçu altera, tacitamente, outras leis, entre as quais a Lei nº 9.249, de 16 de maio de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.478, de 17 de dezembro de 1990, que criou o município de Nova Laranjeiras e fixa as divisas deste.

A alteração das divisas limítrofes de um município paranaense com outro ou outros, quando devidamente fixadas em lei, somente podem ser alteradas por outra lei mediante a prévia consulta, pela via de plebiscito às populações diretamente interessadas, segundo interpretação extensiva do parágrafo 2º do artigo 19 da Constituição Estadual.

Ao entender que o presente projeto de lei apenas pretende deixar atualizada a legislação quanto ao memorial previsto na Lei nº 790, de 27 de novembro de 1951, na parte que atinge o município de Guaraniaçu.

Para tanto, impõe-se a modificação de parte do projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, para o fim de compatibilizar esta proposta ora em exame com a legislação antes citada, que fixa os limites do município de Nova Laranjeiras.

**O Projeto retorna a Comissão de Constituição e Justiça.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/06, que aprova abertura de crédito suplementar em obras no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual do Paraná - Unespar. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada da emenda.**

#### 1ª Discussão

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/05, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispondo sobre a obrigatoriedade das embalagens de produtos industrializados terem

inscrição em braile. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. Aprovado. (Publ. no DA nº 019/05, de 30/03/05).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 140/05

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, tem como texto:

“Art. 1º A Secretaria de Estado da Educação deverá disponibilizar em seus Núcleos Regionais de Ensino impressoras em braile, com cotas de impressão gratuita para as escolas da Rede Pública Estadual e inclusive as turmas de Educação de jovens e adultos.

Art. 2º Fica revogadas as disposições em contrário.”

O projeto é constitucional, pois o artigo 24, XIV da Constituição Federal determina que:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.*

Portanto, conforme se depreende do texto acima transcrito, matérias relacionadas ao bem-estar, integração e assistência ao portador de deficiência, é de competência concorrente à União, Estados e Distrito Federal.

Desta forma, meu parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 10.05.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 140/05

#### P A R E C E R :

##### Relatório

O projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, dispõe sobre a obrigatoriedade das embalagens de produtos industrializados terem inscrição em braile.

##### Fundamentação

A douta Comissão de Constituição e Justiça já apresentou parecer favorável ao projeto, quanto à constitucionalidade e legalidade do mesmo.

##### Conclusão

Isto posto, ao ser chamada para opinar a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, acompanha o parecer da CCJ, entendendo que a matéria tem méritos indiscutíveis e objetiva melhorar as condições de vida dos portadores de deficiência visuais.

Sala das Comissões, em 15.06.05.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

CESAR SELEME - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 714/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, criado o Programa de Combate à Violência contra a Mulher. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA. COM EMENDA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/05, de 22/11/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 714/05

**P A R E C E R :****Do Projeto**

O Projeto de Lei nº 714/05, visa criar programa especial de atendimento às mulheres vítimas de violência. Em sua justificativa a autoria afirma que “é necessário melhorar e aprimorar o serviço prestado, qualificando os quadros técnicos e funcionários, criando uma interface com os serviços já existentes”. Mas adiante apresentando estatísticas oficiais do Banco Mundial diz: “essa violência no mundo, causa mais danos e mortes às mulheres entre 15 e 44 anos de que o câncer, a malária, os acidentes de trânsito ou até mesmo a guerra. Pelo menos uma em cada três mulheres sofre violência física ou alguma outra forma de abuso, usualmente nas mãos de uma pessoa íntima ou membro da família”.

**Da Legalidade e da Constitucionalidade**

O artigo 24, IX da Constituição Federal dá competência ao Estado para legislar sobre a matéria:

*Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*LX - previdência social, proteção e defesa da saúde.*

Tratando da matéria, a Constituição do Estado do Paraná assevera:

*Art. 215. O Estado manterá programas destinados à assistência e promoção integral da família, incluindo:*

(...)

*II - serviços de prevenção e orientação, bem como recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência no âmbito das relações familiares.*

O projeto de lei reveste-se, pois de alta importância e alcance, mas contém vício que deve ser corrigido. Isto é, pelo disposto no artigo 66 da Constituição Estadual:

*Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*I - a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;*

(...)

*IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.*

No sentido de viabilizar o projeto de lei dá-se emenda ao artigo 1º na forma do anexo. O Projeto de Lei nº 714/05, se enquadra no referente ao contido da Lei Complementar nº 95/96.

**Do Voto**

Por sua natureza e nos termos da emenda, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DO RELATOR

Dá nova redação ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 714/05 para dizer:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Combate à Violência Contra a Mulher, para prestar assistência à saúde física e mental das mulheres vítimas de violência.

Sala das Comissões, em 05.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA  
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PROJETO DE LEI Nº 714/05

**P A R E C E R :**

O plano de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo criar o Programa de Combate à Violência Contra a Mulher.

Tal propositura já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 15 do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão objetiva o controle e a solução para esse gravíssimo problema que é o espancamento da mulher.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.06.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente

LUIZ ACCORSI - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, concedendo o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Seno Cláudio Lunkes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 006/06, de 22/02/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 048/06

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei objetiva conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Seno Cláudio Lunkes.

**Fundamentação**

Determina o artigo 1º da Lei nº 13.115/2001

*Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:*

*I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;*

*II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;*

*III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;*

*IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;*

*V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.*

A mesma lei dispõe ainda, em seu artigo 2º, *caput* e parágrafo 1º, alterado pela Lei nº 14.677/05, o seguinte requisito para a concessão do título.

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou benemérito do Estado do Paraná.*

*1º Cada partido político, poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.*

O limite do partido do ilustre parlamentar, autor do projeto, ainda não foi atingido, sendo esse o 5º (quinto) projeto apresentado a esta Casa pelo seu Partido. Não há, portanto, óbice ao projeto.

Com relação a técnica legislativa, o projeto atende os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, estando a ele adequado, e é absolutamente legal no tocante à iniciativa e à matéria abordada.

E assim, diante da constitucionalidade do presente projeto, opinamos por sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito à 1ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin, a chamada dos Srs. Parlamentares.

**O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, em não havendo 28 Srs. Deputados, o projeto deixa de ser apreciado ou corre o risco de não se aprovado? Se não, requeiro antes chamada nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Se não tiver 28 votos favoráveis o projeto é rejeitado.

**O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)**

Então, requeiro chamada nominal, Sr. Presidente.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, solicito a retirada por uma Sessão, retornando à Ordem do Dia de amanhã, embora eu entenda que não tendo quórum ele não é rejeitado, ele não diz quetem maioria absoluta...

**(Vozes paralelas)****O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Se não tiver 28 votos para votar, não se vota.

Eu solicito a V. Exa. que mande por escrito o requerimento solicitando a retirada por um dia. Volta na pauta de amanhã.

Requerimento nº 763-A, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 Sessão Projeto de Lei nº 048/06. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei nº 048/06.

**Requerimentos****O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 719 a 723, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Retirados pelo Autor.**

Requerimento nº 729, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 735, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 737, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 750, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **À Diretoria Geral, para Parecer.**

Requerimento nº 738, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 743 e 760, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 746 a 748, de autoria do Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 751, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 761 a 763, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 726, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (**Pela Ordem**)  
Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Deputados que aprovam o requerimento queriam levantar-se. Nove Srs. Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam queriam levantar-se. Doze Srs. Deputados.

Não há quórum para votação, somente para continuidade da Sessão e os requerimentos de hoje ficarão, automaticamente, para amanhã.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 140, 714/05, 113, 125, 126, 127, 132 e 133/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 258/05, 022 e 048/06.

Levanta-se a Sessão.

### ***Transcrições:***

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ELIO RUSCH EM SESSÃO DO DIA 10 DE ABRIL DE 2006.

#### **“Em Pé de Guerra”**

Pedro Washington

O estado de espírito dos agricultores paranaenses não é dos melhores. Em outros Estados a situação deve ser semelhante. Cansados de serem elogiados como “a âncora do Real”, quando outras categorias estão em dificuldade ameaçando a estabilidade econômica do país, quando eles próprios entram em crise não recebem atenção do governo às suas reivindicações. Há tempos ensinava um velho pecuarista que a classe do agronegócio tem dificuldade em se fazer ouvir porque as propriedades agrícolas ficam distantes alguns alqueires umas das outras. Por isso o seu clamor é menos intenso. Uma greve de lixeiros num grande centro urbano, por exemplo, tem muito mais impacto que as reivindicações da agricultura e da pecuária. Os tempos mudaram. As cooperativas reuniram mais vozes e, assim, maior representatividade.

Também as associações em sindicatos e federações. Não obstante isso e pelo que representam à economia do país, continuam a não receber a atenção devida. Não à toa, agora, depois de três anos de crise sem resposta do governo que faz ouvidos moucos aos seus clamores, resolveram radicalizar. De uma reunião preliminar ocorrida em Cascavel e que será referendada na primeira semana de abril, em dia a ser marcado pela Faep juntamente com a Comissão Técnica de Grãos e Financiamento serão definidas as estratégias de atuação. As exigências envolvem providências como: liberação de mais recursos, renegociação e prorrogação de dívidas para enfrentar o caos que se apossa do setor, fechamento de estradas, bloqueio a bancos e até do Porto de Paraguaçu estão entre as medidas preconizadas. Se o governo não se espertar, dias difíceis vem aí.

### ***Publicações:***

#### ***Comissão Executiva***

##### ***Atos***

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 174/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1326, de 24 de fevereiro de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Conceder a YAKIHO MATSUURA SATO, portadora do RG. nº 597564-PR, e do CPF nº 044.860.899-52, viúva do ex-Deputado Estadual Jorge Sato, falecido em 26 de janeiro de 2006, pensão mensal estabelecida pela Lei de nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, no valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei de nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002, a partir da data do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO, em 28.03.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ***Diretoria Geral***

##### ***Portarias***

PORTARIA Nº 046/2006

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1955, de 20 de março de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, LIEGE FURIATTI SABOIA, matrícula nº 40.522, de noventa (90) dias, a partir de 13



de março de 2006, término 11 de junho de 2006. CID. 10 - F.31.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.03.2006.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 047/2006

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1956, de 20 de março de 2006, deste Poder,

#### R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, WALTER KRAFT, matrícula nº 40.556, de quinze (15) dias, a partir de 17 de março de 2006, término 01 de abril de 2006. CID. 10 - F.43.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.03.2006.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 48/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Acórdão nº 163/06 - Tribunal Pleno, de 16/02/06, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,

#### R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 02, de 12 de janeiro de 2006, que prorroga a disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, SANDRA MARIA MARSCHALL ROMANELLI, matrícula nº 5891, para prestar serviços junto à Cohapar, até 31/12/06.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03/04/06.

(a) ABIB MIGUEL

#### PORTARIA Nº 49/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Acórdão nº 163/06 - Tribunal Pleno, de 16/02/06, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,

#### R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 26, de 15 de fevereiro de 2006, que coloca à disposição funcional a servidora deste Poder Legislativo, MARIA SALETE DA FONSECA BORBA, matrícula nº 5875, para prestar serviços junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, até 31 de dezembro de 2006.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03/04/06.

(a) ABIB MIGUEL

#### PORTARIA Nº 50/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Acórdão nº 163/06 - Tribunal Pleno, de 16/02/06, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,

#### R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 23, de 15 de fevereiro de 2006, que coloca à disposição funcional o servidor deste Poder Legislativo, LUIZ FERNANDO KUBRUSLY, matrícula nº 6275, para exercer suas atividades no serviço de Cirurgia Torácica e Cardiovascular do Hospital de Clínicas da UFPR, até 31 de dezembro de 2006.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03/04/06.

(a) ABIB MIGUEL

#### PORTARIA Nº 51/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Acórdão nº 163/06 - Tribunal Pleno, de 16/02/06, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,

#### R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 24, de 15 de fevereiro de 2006, que prorroga a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, ALEXANDRE JOSÉ RAMOS, matrícula nº 2682, ocupante do cargo em Comissão, para prestar serviços junto à Paraná Esporte, até 31 de dezembro de 2006.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03/04/06.

(a) ABIB MIGUEL

#### PORTARIA Nº 52/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Acórdão nº 136/06 - Tribunal Pleno, de 16/02/06, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,

#### R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 29, de 21 de fevereiro de 2006, que prorroga a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, GEREMIAS JOSÉ DO NASCIMENTO, matrícula nº 5644, para prestar serviços junto à Celepar, até 31 de dezembro de 2006.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.04.06.

(a) ABIB MIGUEL

#### PORTARIA Nº 53/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em

vista o que consta dos processos protocolados sob nºs 1098/06 e 2207/06, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, GEREMIAS JOSÉ DO NASCIMENTO, matrícula nº 5644, para ocupar cargo de chefia na Assessoria de Comunicação da Celepar, até 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.04.06.

(a) ABIB MIGUEL

## ***Atas de Comissão***

### ***Redação***

**COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças, com o fim específico para proceder à eleição para Presidente, em substituição ao Deputado Cesar Seleme, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente passou em seguida à eleição do Presidente. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do Deputado Alexandre Curi. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Alexandre Curi agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente  
ALEXANDRE CURI, LUIZ ACCORSI,  
CIDA BORGHETTI, NEIVO BERALDIN,  
DURVAL AMARAL, HERMES FONSECA,  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

**COMISSÃO DE REDAÇÃO  
15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Luiz Accorsi apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 464 e 797/05, que foram

aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO  
15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Durval Amaral apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 695 e 790/05; 012 e 019/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO  
15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borgehetti apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 683, 694, 752/05; 020, 032, 068 e 069/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO  
15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou Redação Final ao Projeto de Lei nº 059/06, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

### ***Publicações Administrativas:***

#### ***Diretoria Geral***

##### **DESPACHO DO DIRETOR**

Protocolo: 2650/06

Data: 05/04/06

Requerente: MARYANE BARROS DE OLIVEIRA

##### **DESPACHO**

O Diretor-Geral da Assembléia Legislativa deste Estado, no uso de suas atribuições,

##### **R E S O L V E :**

a) Instaurar sindicância, visando apurar os fatos narrados no protocolado sob o nº 2.650/06, que contém notícias de possíveis irregularidades capazes de configurar falta funcional;

b) Designar o funcionário Eleovan Cezar Ribeiro, matrícula nº 0373, ocupante do cargo de Consultor Técnico, como Presidente de Sindicância, a quem ficam delegados os poderes necessários para tanto, atuando como secretárias Ana Cristina Cezário Pereira, matrícula nº 40.973 e Luciane Conceição e Silva, matrícula nº 41.140, ambas ocupantes do cargo de Consultor Jurídico, assinando o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de relatório conclusivo;

c) Atribuir ao procedimento caráter reservado para preservação da própria sindicada e eventuais servidores e/ou autoridades envolvidas.

d) Publique-se.

Curitiba, 06 de abril de 2006.

(a) MIGUEL ABIB  
Diretor Geral

